

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente em
30 de junho de 2025

Ref.: Relatório nº 257BL-007-PB-RM1



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	5
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao período findo em 30 de junho de 2025	18

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

O primeiro semestre de 2025 marcou o início das atividades da Tupi Energias Renováveis S.A. (“Tupi” ou “Companhia”), com a consolidação do controle direto de quatro parques eólicos localizados na região Nordeste do Brasil, totalizando 343,2 MW de capacidade instalada. No período entre março e junho, concluímos importantes marcos institucionais, incluindo a reestruturação societária das investidas e a emissão de debêntures para fortalecimento da estrutura de capital.

A Tupi nasce com o compromisso de contribuir ativamente para a transição energética do país, gerando energia limpa e renovável com foco em disciplina financeira, eficiência operacional e práticas sólidas de ESG (Ambiental, Social e Governança). Nossa visão é ser reconhecida como uma empresa ética, eficiente e comprometida com o desenvolvimento sustentável, promovendo valor de longo prazo para todos os *stakeholders*.

Perfil Corporativo e Estrutura de Negócios

A Companhia atua de forma integrada na geração e comercialização de energia elétrica, exclusivamente a partir de fontes renováveis, por meio de seus ativos eólicos. Toda a receita da Tupi é proveniente da energia gerada por seus parques, sem segmentação adicional de negócios.

Com uma estrutura organizacional enxuta e eficiente, a Companhia é liderada por uma Diretoria Executiva com ênfase na governança e eficiência operacional. O Conselho de Administração, com atuação independente e qualificada, assegura o alinhamento das decisões com os princípios de ética, transparência e sustentabilidade.

Governança Corporativa e ESG

No pilar de Governança, a Tupi busca garantir um ambiente decisório íntegro, transparente e baseado na responsabilidade corporativa. A criação da Diretoria de Relações com Investidores permite uma comunicação constante e qualificada com o mercado, fortalecendo a confiança e a previsibilidade para investidores e credores.

No aspecto Social, mantemos um relacionamento estruturado com as comunidades do entorno de nossos ativos, por meio de iniciativas de escuta ativa, envolvimento com lideranças locais e apoio a projetos de desenvolvimento regional. Internamente, promovemos os treinamentos "Pílulas de Segurança", voltados à conscientização de colaboradores sobre temas de segurança no trabalho e na vida pessoal.

Em Meio Ambiente, destacamos os avanços na recuperação da biodiversidade no Complexo Eólico Riachão, que superaram os níveis pré-implantação com a recuperação das reservas legais e execução responsável do PRAD (Plano de Recuperação de Área Degradada). Também reduzimos cerca de uma tonelada de resíduos comuns destinados a aterros no Ceará e Rio Grande do Norte, além de adotar a tecnologia de coprocessamento para o descarte seguro de 6,58 toneladas de resíduos perigosos no próximo semestre.

Todas as licenças ambientais estão vigentes, e suas condicionantes estão plenamente atendidas, garantindo conformidade regulatória e segurança para a continuidade das operações.

Desempenho Operacional

Entre março e junho de 2025, os ativos eólicos da Companhia produziram 162.446 MWh¹. O desempenho foi impactado por episódios de *curtailment* promovidos pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), em função de limitações na capacidade de transmissão entre submercados.

A Companhia acompanha de perto os debates setoriais sobre mecanismos de compensação e a evolução das obras de transmissão entre o Nordeste e o SE/CO, que, quando concluídas até 2029, devem aumentar em cerca de 38% a capacidade de escoamento da região, beneficiando a geração renovável e fortalecendo o modelo de negócios da Tupi.

Desempenho Financeiro

A receita líquida consolidada no semestre alcançou R\$ 93,6 milhões. A maior parte desse montante teve origem em contratos de longo prazo (ACL), com R\$ 59,1 milhões, e contratos de energia de reserva (CER), com R\$ 18,8 milhões.

Os custos e despesas operacionais (PMSO) totalizaram R\$ 31,5 milhões. Os investimentos (CAPEX) somaram R\$ 4,7 milhões, direcionados principalmente a manutenções preventivas e otimização de performance.

O EBITDA ajustado atingiu R\$ 24,3 milhões, refletindo eficiência operacional e controle de despesas. O endividamento da Companhia está concentrado na emissão de debêntures de longo prazo, com saldo de R\$ 844 milhões em 30 de junho de 2025, estrutura que suporta o plano de investimento sustentado da Companhia.

Perspectivas

Com uma base operacional consolidada, a Tupi está posicionada para ser uma das mais eficientes plataformas de energia renovável no mercado brasileiro. A previsão de ventos mais intensos no segundo semestre, combinada à nossa disciplina operacional, deve contribuir positivamente para os resultados.

Seguimos atentos ao ambiente regulatório e aos avanços de infraestrutura no setor elétrico, reforçando nosso compromisso com a geração de valor sustentável, a integridade nas decisões e a excelência na gestão.

Agradecimentos

Agradecemos a confiança de nossos investidores, o empenho dos colaboradores, o suporte dos parceiros e o acolhimento das comunidades que nos cercam. A Tupi se compromete a seguir sua jornada com responsabilidade, transparência e foco na geração de valor para todos os seus *stakeholders*.

¹ informação não-financeira não auditada.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Tupi Energias Renováveis S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tupi Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tupi Energias Renováveis S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Apresentação de informações comparativas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 1º de janeiro de 2025, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao período findo em 30 de junho de 2024 para fins comparativos. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

Receita operacional (Nota Explicativa nº 23)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

No período findo em 30 de junho de 2025, as controladas da Companhia reconheceram receitas operacionais de venda de energia no montante de R\$ 97.663 mil no consolidado, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As receitas das controladas da Companhia são provenientes da venda da geração de energia e são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. O reconhecimento da receita é realizado quando os serviços são transferidos para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas da Companhia esperam ter direito em troca destes serviços.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os riscos de que uma receita de venda de energia seja reconhecida, sem a transferência dos riscos e benefícios para o cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- i)** Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia e de suas controladas e do desenho dos controles internos relevantes no reconhecimento das receitas de venda de energia;
- ii)** Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), onde confrontamos com os relatórios gerenciais da Companhia relativos às receitas de venda de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia comercializado, bem como o período de suprimento. Conferimos os procedimentos e as contabilizações do corte da receita na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
- iii)** Realização de procedimentos de teste, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de venda de energia; e
- iv)** Efetuamos testes, em base amostral, dos recebimentos subsequentes de faturas de venda de energia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos realizados, consideramos que o reconhecimento da receita de venda de energia está consistente, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao período findo em 30 de junho de 2025, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

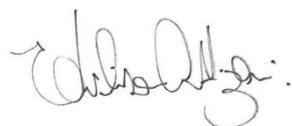
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de agosto de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Tupi Energias Renováveis S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	Controladora 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.366	84.948
Contas a receber de clientes	5	-	31.945
Adiantamentos a fornecedores	-	-	765
Impostos e contribuições a recuperar	-	70	75
Estoque de peças para manutenção da usina	-	-	3.486
Despesas pagas antecipadamente	-	-	1.438
Conta ressarcimento de energia a receber - CCEE	6	-	271
Partes relacionadas	7	128.644	4.142
Total do ativo circulante		131.080	127.070
Ativo não circulante			
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	8	33.634	33.634
		33.634	33.634
Investimentos	9	704.382	-
Imobilizado	10	-	852.383
Intangível	11	110.391	139.099
Ativo de direito de uso	15	-	48.753
		814.773	1.040.235
Total do ativo não circulante		848.407	1.073.869
Total do ativo		979.487	1.200.939

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Passivo circulante			
Fornecedores	12	29	26.700
Empréstimos e financiamentos	13	-	311
Debêntures	14	18.336	18.336
Partes relacionadas	7	4.819	525
Arrendamentos	15	-	4.649
Licenças ambientais de instalação e operação	16	-	745
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17	-	3.602
Impostos e contribuições a recolher	17	24	1.774
Dividendos a pagar	20	-	23.122
Conta ressarcimento de energia a pagar - CCEE	6	-	29.765
Total do passivo circulante		23.208	109.529
Passivo não circulante			
Fornecedores	12	-	3.941
Empréstimos e financiamentos	13	-	746
Debêntures	14	807.882	807.882
Arrendamentos	15	-	47.809
Licenças ambientais de instalação e operação	16	-	2.355
Conta ressarcimento de energia a pagar - CCEE	6	-	67.466
Impostos diferidos - ICMS		-	448
Provisões para contingências	18	-	6.536
Provisão para desmantelamento	19	-	5.830
Total do passivo não circulante		807.882	943.013
Patrimônio líquido			
Capital social	20	230.485	230.485
Prejuízos acumulados		(82.088)	(82.088)
Total do patrimônio líquido		148.397	148.397
Total do passivo e do patrimônio líquido		979.487	1.200.939

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Operações em continuidade			
Receita operacional líquida	23	-	93.584
Custos dos serviços			
Custos de operação	24	-	(18.956)
Depreciação do imobilizado	10	-	(22.489)
Depreciação do ativo de direito de uso	15	-	(800)
Amortização do intangível	11	-	(1.063)
Compra de energia elétrica	25	-	(45.301)
Encargos de uso da rede elétrica	26	-	(7.657)
Prejuízo bruto		-	(2.682)
Despesas operacionais			
		(29.901)	(14.421)
Serviços de terceiros	27	(51)	(2.290)
Despesas com pessoal	28	-	(9.194)
Despesas administrativas	29	-	(846)
Despesas de viagem	-	-	(226)
Depreciação do imobilizado	10	-	(8)
Amortização do intangível	11	(2.132)	(2.132)
Imposto e taxas	-	-	(123)
Reversão de (provisões para) demandas judiciais	18	-	(32)
Outras despesas operacionais	-	-	430
Resultado de equivalência patrimonial	9	(27.718)	-
Prejuízo operacional antes das receitas e despesas financeiras		(29.901)	(17.103)
Resultado financeiro			
	30	(23.919)	(30.693)
Receitas financeiras		681	6.349
Despesas financeiras		(24.600)	(37.042)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(53.820)	(47.796)
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	31	-	(6.024)
Prejuízo do período proveniente das operações em continuidade		(53.820)	(53.820)
Prejuízo do período de operações descontinuadas	1.2	(28.268)	(28.268)
Prejuízo do período		(82.088)	(82.088)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Prejuízo do período - Operações continuadas	(53.820)	(53.820)
Prejuízo do período - Operações descontinuadas	(28.268)	(28.268)
Total dos resultados abrangentes do período	(82.088)	(82.088)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
		Capital realizado	(-) Capital a integralizar			
Em 01 de janeiro de 2025		-	-	-	-	-
Constituição da companhia em 1º de janeiro de 2025	-	100	(100)	-	-	-
Integralização de capital social	20	-	100	-	-	100
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Afac)	-	-	-	326	-	326
Aumento de capital social com Afac	20	326	-	(326)	-	-
Aumento de capital com investimento Ibitu Renováveis	20	1.412.784	-	-	-	1.412.784
Redução de capital social	20	(535.000)	-	-	-	(535.000)
Cisão do investimento em Ibitu Renováveis	20	(647.725)	-	-	-	(647.725)
Prejuízo de período - Operações continuadas	-	-	-	-	(53.820)	(53.820)
Prejuízo do período - Operações descontinuadas	1.2	-	-	-	(28.268)	(28.268)
Em 30 de junho de 2025		230.485	-	-	(82.088)	148.397

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade		(53.820)	(47.796)
Ajuste para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos tributos com o fluxo de caixa			
Depreciação do ativo imobilizado	10	-	22.497
Depreciação do ativo de direito de uso	15	-	800
Amortização do intangível	11	2.132	3.195
Atualização financeira sobre debêntures	14	17.332	17.332
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13-30	-	3.036
Apropriação de custos sobre empréstimos e financiamentos	13-30	-	48
Juros sobre debêntures	14-30	7.062	7.062
Apropriação de custos sobre debêntures	14-30	134	134
Atualização financeira sobre empréstimos	13-30	-	780
Atualização financeira licença ambiental	16-30	-	96
Ajuste a valor presente licença ambiental	16-30	-	115
Atualização provisões para contingências	18	-	32
Ajuste a valor presente sobre provisão para desmantelamento	19-30	-	(635)
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos	15-30	-	2.913
Atualização financeira sobre desmantelamento	19-30	-	937
Ajuste a valor presente sobre ICMS diferido	30	-	(39)
Atualização financeira sobre ICMS diferido	30	-	20
Resultado de equivalência patrimonial - continuadas	9	27.718	-
		558	10.527
(Aumento) redução de ativos			
Contas a receber de clientes		-	(4.611)
Contas ressarcimento energia a receber - CCEE		-	83
Estoque de peças para manutenção das usinas		-	(1.426)
Impostos e contribuições a recuperar		(70)	(1.882)
Adiantamentos a fornecedores		-	9
Despesas pagas antecipadamente		-	(1.233)
Partes relacionadas		-	23
		(70)	(9.037)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		29	6.937
Impostos e contribuições a recolher e imposto de renda e contribuição social a pagar		24	2.608
Partes relacionadas		4.819	525
Contas ressarcimento de energia a pagar - CCEE		-	34.022
		4.872	44.092
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(1.907)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	13	-	(3.732)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais e operações continuadas		5.360	39.943

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
para o período findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Atividades de investimento			
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)		(33.634)	55.114
Aquisição de ativo imobilizado	10	-	(4.678)
Aquisição de participação na Ibitu Renováveis		-	80.343
Aumento de capital em investidas		(246.045)	-
Redução de capital investidas		9.569	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(270.110)	130.779
Atividades de financiamento			
Captação de debêntures	14	820.000	820.000
Custo de captação de debêntures	14	(18.310)	(18.310)
Dividendos pagos para controladoras diretas cindidas		-	(55.025)
Pagamento de passivo de arrendamentos	15	-	(1.479)
Pagamento de licença ambiental de operação e instalação	16	-	(430)
Aumento de capital	20	426	426
Redução de capital	20	(535.000)	(535.000)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	14	-	(295.956)
Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento		267.116	(85.774)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas		2.366	84.948
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho		2.366	84.948
Variação em caixa e equivalentes de caixa		2.366	84.948

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tupi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Atividades continuadas			
Receitas		-	97.663
Vendas de energia	23	-	97.642
Outras receitas			21
Insumos adquiridos de terceiros		(51)	(71.027)
Energia elétrica comprada para revenda	25	-	(45.301)
Encargos sobre uso da rede elétrica	26	-	(7.657)
Materiais, serviços e outros		(51)	(18.069)
Valor adicionado bruto		(51)	26.636
Depreciação e amortização		(710)	(25.203)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(761)	1.433
Valor adicionado recebido em transferência		(27.037)	5.432
Resultado de equivalência patrimonial de operações continuadas	9	(27.718)	-
Receitas financeiras		681	5.432
Valor adicionado total a distribuir		(27.798)	6.865
Distribuição do valor adicionado		(29.220)	5.443
Pessoal		-	12.735
Remuneração direta		-	12.679
Benefícios		-	56
Impostos, taxas e contribuições		-	10.169
Federais		-	10.168
Estaduais		-	(109)
Municipais		-	110
Encargos setoriais		-	493
Remuneração de capital de terceiros		24.600	35.866
Juros		24.567	32.828
Aluguéis		-	322
Outras		33	2.716
Remuneração de capitais próprios		(53.820)	(53.820)
Prejuízo do período de operações continuadas		(53.820)	(53.820)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Tupi Energias Renováveis S.A. (“Tupi” ou “Companhia”, ou ainda “Grupo” quando se referir à Companhia e suas controladas) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1º de janeiro de 2025 e possui sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia tem por objeto social **(a)** a participação societária nas sociedades de propósito específico responsáveis pelo desenvolvimento e operação dos Parques Eólicos Amontada, Icaraí, Riachão e Taíba, as quais atuam, direta ou indiretamente **(a.i)** no setor de energia; **(a.ii)** na realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica e de redes de transmissão de energia elétrica; **(a.iii)** em concessão de serviços públicos na área de energia; na exploração de aproveitamentos de potencial de energia; **(a.iv)** na realização de serviços e atividades pertinentes e compatíveis com a prestação de serviços energéticos; **(a.v)** na geração, produção, comercialização, transmissão, distribuição de energia elétrica, inclusive todas as etapas intermediárias, assim como a operação e manutenção de tais sistemas, na qualidade de sócia, acionista, quotista ou sob qualquer outra forma permitida na legislação aplicável; **(b)** a atuação direta nas atividades mencionadas no item **(a)**; **(c)** a participação em procedimentos concorrenciais, licitações ou certames, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades ou pessoas, visando a execução das atividades acima mencionadas.

A Companhia é controlada pela Ibitu Energia S.A. (“Ibitu Energia”), que, por sua vez, é controlada pelo Fundo de Investimento Astra Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP ASTRA”).

Em 17 de março de 2025, Ibitu Energia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia, por meio da transferência para a Companhia das suas ações da Ibitu Energias Renováveis S.A. (“Ibitu Renováveis”), convertendo em capital social da Companhia o valor do acervo líquido da Ibitu Renováveis, avaliado pelo valor contábil, nos termos dos artigos 183 e 184 da Lei Federal nº 6.404/1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), com base no Balanço Patrimonial da Ibitu Renováveis levantados em 28 de fevereiro de 2025, correspondente ao montante de R\$ 1.412.783.721,00 (um bilhão, quatrocentos e doze milhões, setecentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e um reais). Dessa forma, a Companhia passou a consolidar os resultados da Ibitu Renováveis e suas controladas, a partir de 1º de março de 2025. Nesse mesmo ato, foi aprovada a conversão de Adiantamento para futuro aumento de capital em Capital Social da Companhia no montante de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), totalizando, portanto, neste ato, um aumento de capital social de R\$ 1.412.999.721,00 (um bilhão, quatrocentos e doze milhões, novecentos e noventa e nove reais mil e setecentos e vinte e um reais).

Da estrutura societária transferida para a Companhia, apenas as empresas operacionais destacadas a adiante (Nota Explicativa nº 1.1.) permaneceram como investimentos da Companhia, motivo pelo qual, estas empresas estão sendo tratadas nesta demonstração financeira individuais e consolidadas como parte das atividades continuadas. As demais empresas (Nota Explicativa nº 1.2), em 30 de junho de 2025, foram transferidas para a Ibitu Energia e, dessa forma, estão apresentadas nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como “Operações descontinuadas”.

a) Reorganização societária

A Companhia foi constituída com o propósito de controlar determinados ativos operacionais do Grupo Ibitu, em linha com os negócios desenvolvidos pela Ibitu Energia. Nesse contexto, em 30 de junho de 2025, foi concluída uma reorganização societária no Grupo Ibitu, por meio da qual a Companhia passou a deter diversos complexos eólicos, quais sejam, as operações em continuidade identificadas nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tais complexos reúnem, em uma mesma região geográfica do Brasil, múltiplas usinas de geração de energia eólica que compartilham infraestrutura, sendo operadas de forma integrada. Cada complexo, por sua vez, é composto por Sociedades de Propósito Específico (SPEs), entidades jurídicas individualizadas responsáveis pela titularidade dos ativos e pela condução operacional de cada uma das usinas que o integram.

O objetivo dessa operação foi racionalizar e simplificar a estrutura societária do Grupo Ibitu, trazendo benefícios de ordem administrativa, operacional, econômica e financeira.

Atualmente, os ativos da Companhia estão organizados da seguinte maneira:

a) Complexo Eólico Icarai

- Central Geradora Eólica Icarai I S.A. (“SPE Icarai I”);
- Central Geradora Eólica Icarai II S.A. (“SPE Icarai II” e, em conjunto com a SPE Icarai I, as “SPEs Icarai”).

b) Complexo Eólico Taiba

- Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A. (“SPE Águia”);
- Central Geradora Eólica Taiba Andorinha S.A. (“SPE Andorinha”);
- Central Geradora Eólica Colônia S.A. (“SPE Colônia” e, em conjunto com a SPE Águia e, SPE Andorinha, as “SPEs Taiba”).

c) Complexo Eólico Amontada

- Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A. (“SPE Ilha Grande”);
- Central Geradora Eólica Palmas S.A. (“SPE Palmas”);
- Central Geradora Eólica Ribeirão S.A. (“SPE Ribeirão” e, em conjunto com a SPE Ilha Grande e, SPE Palmas, as “SPEs Amontada”).

d) Complexo Eólico Riachão

- Central Geradora Eólica Acari S.A. (“SPE Acari”);
- Central Geradora Eólica Albuquerque S.A. (“SPE Albuquerque”);
- Central Geradora Eólica Anemói S.A. (“SPE Anemói”);
- Central Geradora Eólica Apeliotes S.A. (“SPE Apeliotes”);
- Central Geradora Eólica Arena S.A. (“SPE Arena” e, em conjunto com a SPE Acari, SPE Albuquerque, SPE Anemói e, SPE Apeliotes, as “SPEs Riachão”, que, em conjunto com as SPEs Icarai, SPEs Taiba e SPEs Amontada, são denominadas as “SPEs em continuidade”).

A reorganização societária, aconteceu mediante os seguintes passos:

- **1º Passo:** em 17 de março de 2025, houve o aporte na Companhia do investimento devido pela Ibitu Energia na Ibitu Energias Renováveis, por meio de aumento do capital social da Companhia. No mesmo ato também houve deliberação de aumento de capital da Companhia mediante conversão de Afac;
- **2º Passo:** em 16 de abril de 2025, o Grupo Ibitu realizou aportes sucessivos de parte dos recursos auferidos na Emissão das Debêntures da Companhia (Nota Explicativa nº 14) para que os montantes cheguem no nível das SPEs;
- **3º Passo:** também em 16 de abril de 2025, no mesmo ato societário de aporte de capital referido no 2º passo, foi realizado um aumento de capital das SPEs Albuquerque e Arena, que eram partes devedoras no contexto dos mútuos financeiros existentes com Brise, integralizado pela Brise com o crédito por ela devido contra as referidas SPEs em decorrência do mútuo;
- **4º Passo:** em 30 de junho de 2025, foi realizada a cisão parcial das SPEs Apeliotes, Acari, Palmas e Anemói que são partes credoras no contexto dos mútuos financeiros existentes perante a Brise, com a incorporação do acervo cindido (crédito devido contra a Brise) pela própria Brise, havendo, assim, confusão entre crédito e débito;
- **5º Passo:** realizado em duas datas **(i)** em 09 de maio de 2025, a Ventus foi parcialmente cindida; e **(ii)** em 30 de junho de 2025, a Brise foi parcialmente cindida, com, em ambos os casos, incorporação do acervo cindido (investimento nas SPEs Ventus e nas SPEs Brise, respectivamente) pela Ibitu Renováveis;
- **6º Passo:** em 30 de junho de 2025, a Ibitu Renováveis foi parcialmente cindida com a incorporação do acervo cindido (investimento nas SPEs Ventus e SPEs Brise) pela Companhia;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

• **7º Passo:** em 30 de junho de 2025: Houve cisão parcial da própria Companhia, com a incorporação do acervo cindido – nesse caso, investimento na Ibitu Renováveis -, pela Ibitu Energia. Como resultado dessa movimentação societária, a Companhia detém, atualmente, o investimento nas SPEs Ventus e SPEs Brise. Por esta etapa, o Capital Social da Companhia passou de R\$ 878.099.721,00 (oitocentos e setenta e oito milhões, noventa e nove mil e setecentos e vinte e um reais), dividido em 878.099.721 (oitocentas e setenta e oito milhões, noventa e nove mil, setecentas e vinte e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 230.374.637,95 (duzentos e trinta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 230.374.637 (duzentas e trinta milhões, trezentas e setenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

No mesmo ato societário, ocorreu também aumento do seu capital social da Companhia em R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) mediante conversão de Afac, com emissão de 110.000 (cento e dez mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, passando o capital social de R\$ 230.374.637,95 (duzentos e trinta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 230.374.637 (duzentas e trinta milhões, trezentas e setenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$230.484.637,95 (duzentos e trinta milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 230.484.637 (duzentas e trinta milhões, quatrocentas e oitenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas detidas integralmente pela única acionista da Companhia.

• **8º Passo:** em 30 de junho de 2025: houve a incorporação de Ventus e Brise pela Ibitu Renováveis, de modo que a Ibitu Renováveis é a entidade remanescente, enquanto Ventus e Brise deixam de existir.

Entidade	Em 17 de março de 2025		Em 30 de junho de 2025	
	Participação societária	% participação	Participação societária	% participação
Operações continuadas				
Complexo Icarai (1.1)				
Central Geradora Eólica Icarai I S.A. ("Icarai I")	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Icarai II S.A. ("Icarai II")	Indireta	100%	Direta	100%
Complexo Taiba (1.1)				
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A. ("Águia")	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha S.A. ("Andorinha")	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Colônia S.A. ("Colônia")	Indireta	100%	Direta	100%
Complexo Riachão (1.2)				
Central Geradora Eólica Acari S.A. ("Acari")	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A. ("Albuquerque")	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Anemoi S.A. ("Anemoi")	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A. ("Apeliotes")	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Arena S.A. ("Arena")	Indireta	100%	Direta	100%
Complexo Amontada (1.2)				
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A. ("Ilha Grande")	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Palmas S.A. ("Palmas")	Indireta	100%	Direta	100%
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A. ("Ribeirão")	Indireta	100%	Direta	100%
Operações descontinuadas				
Ibitu Energias Renováveis	Direta	100%	-	-
Sub-holdings da Ibitu Energias Renováveis:				

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Entidade	Em 17 de março de 2025		Em 30 de junho de 2025	
	Participação societária	% participação	Participação societária	% participação
Ventus Energias Renováveis S.A. ("Ventus") (Nota Explicativa nº 1.1)	Indireta	100%	-	-
Brise Energias Renováveis S.A. ("Brise") (Nota Explicativa nº 1.1)	Indireta	100%	-	-
Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. ("CGER") (Nota Explicativa nº 1.3)	Indireta	100%	-	-
Éolos Energias Renováveis S.A. ("Éolos") (Nota Explicativa nº 1.4)	Indireta	100%	-	-
Caldeirão Grande II Solar S.A. ("CG2") (Nota Explicativa nº 1.5)	Indireta	100%	-	-

1.1. Operações continuadas

Em 30 de junho de 2025, as controladas que formam os Complexos de Icaraí, Taíba, Amontada e Riachão encontravam-se em operação comercial.

1.1.1. Complexos Icaraí e Amontada (Contratos de energia de reserva)

(i) As controladas Icaraí I e Icaraí II entraram em operação comercial em 29 de março de 2014 por meio do despacho nº 793 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 28 de março de 2014; e

(ii) As controladas Colônia, Taíba Águia e Taíba Andorinha entraram em operação comercial em 19 de junho de 2014 por meio dos despachos nº 1.897, 1.898 e 1.899, respectivamente, emitidos pela ANEEL em 18 de junho de 2014.

De acordo com Resoluções Autorizativas emitidas pela ANEEL, a operação comercial das unidades geradoras e os contratos de suprimentos possuem os seguintes prazos:

a) Autorização

Eólica	Estado	Complexo eólico	Capacidade instalada MW (*)	Energia assegurada MW médios	Autorização		Operação comercial	
					Início	Término	Despacho ANEEL (no)	Data de entrada em operação
CGE Icaraí I S.A.	Ceará	Icaraí	27,3	13,0	06/10/2010	05/10/2045	793/2014	29/03/2014
CGE Icaraí II S.A.	Ceará	Icaraí	37,8	18,0	31/08/2010	30/08/2045	793/2014	29.03/2014
CGE Taíba Águia S.A.	Ceará	Taíba	23,1	10,7	02/07/2010	01/07/2045	1.898/2014	19/06/2014
CGE Taíba Andorinha S.A.	Ceará	Taíba	14,7	6,6	06/10/2010	05/10/2045	1.899/2014	19/06/2014
CGE Colônia S.A.	Ceará	Taíba	18,9	8,3	08/07/2010	07/07/2045	1.897/2014	19/06/2014

(*) informação não-financeira não auditada.

b) Contrato de energia de reserva

	Resolução autorizativa ANEEL (nº)	Valor total do contrato	Preço - R\$/ MWh	Preço atualizado R\$/ MWh	Data do início de suprimento do CER	Data do final de suprimento do CER
Central Geradora Eólica Icaraí I S.A.	3.223	278.984	142,00	326,65	15/12/2012	30/12/2032
Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.	3.222	354.204	142,00	326,65	15/12/2012	30/11/2032
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.	3.221	218.051	149,90	344,82	01/01/2014	30/12/2033
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A.	3.225	252.836	149,90	344,82	01/01/2014	30/12/2033
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	3.224	160.989	149,90	344,82	01/01/2014	30/12/2033

Por meio dos contratos acima, as SPÉs se comprometem a vender a totalidade da energia gerada para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, aos preços informados, reajustados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos estabelecem um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade equivalente à 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. O ressarcimento por estes desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte. Adicionalmente, caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, as SPEs terão direito à receita equivalente a 70% da tarifa sobre a quantidade de MWh que exceder aos 130%. Neste caso, a compensação ocorrerá em 24 parcelas mensais e uniformes ao longo do ano contratual seguinte.

1.1.2. Complexos Amontada e Riachão (contratos de energia incentivada)

Entidade	Complexo eólico	Localização do parque	Resolução autorizativa ANEEL	Data de final da autorização	Capacidade de produção instalada - MW (*)
Central Geradora Eólica Acari S.A.	Riachão	RN	3.489/2012	27/06/2045	29,7
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	Riachão	RN	3.490/2012	30/05/2045	27,0
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	Riachão	RN	3.493/2012	30/05/2045	29,7
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	Riachão	RN	3.491/2012	30/05/2045	29,7
Central Geradora Eólica Arena S.A.	Riachão	RN	3.492/2012	30/05/2045	29,7
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	Amontada	CE	3.267/2011	20/08/2044	29,7
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	Amontada	CE	3.273/2011	30/08/2044	24,3
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	Amontada	CE	3.271/2011	25/09/2014	21,6

(*) Informação não financeira não auditada.

a) Autorização

Conforme demonstrado abaixo, estas controladas estão em regime de autorização e têm toda a sua produção contratada por agente de comercialização, no âmbito do Leilão de Venda de Energia Eólica Incentivada por meio da Oferta Pública para Venda de Energia Eólica Incentivada, Edital nº 001/2010, de 20 de dezembro de 2010.

Entidade	Datas de início de suprimento	Data de final de suprimento
Central Geradora Eólica Acari S.A.	01/01/2015	31/12/2044
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	01/01/2015	31/12/2045
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	01/01/2015	31/12/2044
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	01/01/2015	31/12/2044
Central Geradora Eólica Arena S.A.	01/01/2015	31/12/2044
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	01/01/2014	31/12/2043
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	01/01/2014	31/12/2043
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	01/01/2014	31/12/2043

b) Contrato de energia incentivada

As controladas SPEs dos Complexos de Amontada e Riachão, têm toda a sua produção contratada com agente de comercialização pelo prazo de 20 anos e, de acordo com o contrato, essas sociedades estão obrigadas a entregarem a Energia Eólica Incentivada ao comprador, independente do montante de energia elétrica que a fonte geradora contratada tenha gerado ou sido instruída a gerar, devendo as obrigações do contrato relativas à entrega da Energia Eólica Incentivada serem cumpridas por meio da Garantia Física e/ou, se necessário, por meio de contratos de compra que vierem a ser celebrados com terceiros.

Em junho de 2025, as SPEs dos Complexos Amontada e Riachão compraram energia da comercializadora de energia do Grupo Ibitu para suprir parte do contrato.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1.2. Operações descontinuadas

Através da Capitalização da Ibitu Renováveis na Companhia (1º Passo da Reorganização Societária – Nota Explicativa nº 1 (a)), as seguintes entidades tiveram o seu controle societário indireto transferidos para a Companhia em 17 de março de 2025.

Contudo, com a Cisão Parcial da Companhia (7º Passo da Reorganização Societária – Nota Explicativa nº 1 (a)), em 30 de junho de 2025, a Ibitu Renováveis passou a ser novamente controlada diretamente pela Ibitu Energia e, levando consigo essas entidades, que, portanto, tiveram seu controle societário indireto transferidos para a Ibitu Energia e estão sendo tratadas como Operações descontinuadas nestas demonstrações financeiras:

Operações descontinuadas	
Entidade	Atividade
Ibitu Energias Renováveis S.A.	Holding
Ventus Energias Renováveis S.A.	Holding
Brise Energias Renováveis S.A.	Holding
Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. (1.2.1)	Holding
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	Eólica operacional
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	Eólica operacional
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	Eólica operacional
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	Eólica operacional
Central Geradora Eólica Brite S.A.	Eólica operacional
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	Eólica operacional
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	Eólica operacional
Caldeirão Grande II Solar S.A. (1.2.2)	Holding
Central Geradora Solar Florenz S.A.	Solar operacional
Central Geradora Solar Nótus S.A.	Solar operacional
Central Geradora Solar Danúbio S.A.	Solar operacional
Central Geradora Solar Japurá S.A.	Solar operacional
Central Geradora Solar Lira S.A.	Solar operacional
Central Geradora Solar Cruzeiro S.A.	Solar operacional
Central Geradora Solar Coqueiral S.A.	Solar operacional
Éolos Energias Renováveis S.A. (1.2.3)	Holding
Central Geradora Solar Siroco Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tamisa Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tatajuba Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tijuca Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Arco Verde Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Alcântara Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Novo Horizonte Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Pedras Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Potengi Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Ibitu 1 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Ibitu 2 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Ibitu 3 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Eólica Ipanema Ltda.	Em desenvolvimento
Central Eólica Mundaú Ltda.	Em desenvolvimento
Central Eólica Murujuba Ltda.	Em desenvolvimento
Central Eólica Venâncio Ltda.	Em desenvolvimento
Central Eólica Vergueiro Ltda.	Em desenvolvimento

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Operações descontinuadas	
Entidade	Atividade
Central Geradora Solar Seridó 1 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 2 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 3 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 4 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 5 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 6 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 7 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 8 Ltda.	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 9 Ltda.	Em desenvolvimento
Eólica Picuí 2 - Geradora de Energia Ltda.	Descontinuada
Eólica Picuí 5 - Geradora de Energia Ltda.	Descontinuada
Eólica Picuí 8 - Geradora de Energia Ltda.	Descontinuada

1.2.1. Controladas da Caldeirão Grande I

A Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. ("CGER") é proprietária da totalidade das ações das sociedades a abaixo identificadas, todas de propósito específico para a implantação e operação de centrais eólicas, que com compõem o Complexo Eólico de Caldeirão I, localizado no estado do Piauí, que se encontram em operação comercial conforme indicado a seguir:

Entidade	Resolução autorizativa ANEEL	Data de início da autorização	Data final da autorização	¹ Capacidade de produção instalada - MW (*)
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	4.398/2013	05/08/2016	05/07/2046	29,7
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	4.397/2013	26/05/2017	26/05/2047	29,7
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	4.396/2013	28/07/2017 e 11/08/2017	28/07/2047	29,7
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	4.399/2013	19/07/2017 e 18/08/2017	19/07/2047	29,7
Central Geradora Eólica Brite S.A.	4.390/2013	24/06/2017 e 09/09/2017	24/06/2047	29,7
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	4.395/2013	19/07/2017 e 31/08/2017	19/07/2047	29,7
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	4.394/2013	18/08/2017	18/08/2047	29,7 ¹

¹ Capacidade instalada segundo a outorga de 29,7MW, no entanto, a capacidade efetiva para esse empreendimento é de 10,8MW (*);

(*) informação não financeira não auditada.

a) Autorização

Conforme demonstrado adiante, estas SPEs do Complexo Eólico Caldeirão I estão em regime de autorização e têm toda a sua produção contratada por agente de comercialização, no âmbito do Leilão de Venda de Energia Eólica Incentivada realizado por meio da Oferta Pública para Venda de Energia Eólica Incentivada da Éolos, Edital nº 001/2010, de 20 de dezembro de 2010.

Entidade	Data de início de suprimento	Data de final de suprimento
Central Geradora Eólica Amontada S.A.	01/01/2016	31/12/2035
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	01/01/2016	31/12/2035
Central Geradora Eólica Bartolomeu S.A.	01/01/2016	31/12/2035
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	01/01/2016	31/12/2035
Central Geradora Eólica Brite S.A.	01/01/2016	31/12/2035
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	01/01/2016	31/12/2035
Central Geradora Eólica Colibri S.A.	01/01/2016	31/12/2035

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) Contrato de energia incentivada

As SPEs do Complexo de Caldeirão I estão em regime de autorização e têm toda a sua produção contratada com agente de comercialização pelo prazo de 20 anos, de acordo com o contrato, essas companhias estão obrigadas a entregar a Energia Eólica Incentivada ao comprador, independente do montante de energia elétrica que a fonte geradora contratada tenha gerado ou sido instruída a gerar, devendo as obrigações do contrato relativas à entrega da Energia Eólica Incentivada serem cumpridas por meio da Garantia Física e/ou, se necessário, por meio de contratos de compra que vier a ser celebrado com terceiros. Em junho de 2025, as SPEs do Complexo de Caldeirão I compraram energia da comercializadora de energia do Grupo Ibitu para suprir parte do contrato.

1.2.2. Controladas da Caldeirão Grande II Solar

A Caldeirão Grande 2 Solar S.A. (“CG2”) é proprietária da totalidade das ações das sociedades identificadas adiante, todas de propósito específico para a implantação e operação de centrais solares que compõem o Complexo Solar de Caldeirão II, localizado no estado do Piauí e que entraram em operação comercial, conforme datas indicadas a seguir:

Entidade	Data do início da operação comercial	Data do término da operação
Central Geradora Solar Florenz S.A.	17.11.2022	20.07.2044
Central Geradora Solar Nótus S.A.	04.11.2022	20.07.2044
Central Geradora Solar Danúbio S.A.	22.12.2022	20.07.2044
Central Geradora Solar Japurá S.A.	17.11.2022	20.07.2044
Central Geradora Solar Lira S.A.	31.01.2023	20.07.2044
Central Geradora Solar Cruzeiro S.A.	03.01.2023	20.07.2044
Central Geradora Solar Coqueiral S.A.	18.02.2023	20.07.2044

As SPEs do Complexo Solar Caldeirão II estão em regime de autorização e têm a sua produção comercializada no ambiente de contratação livre.

1.2.3. Controladas da Éolos

A Éolos Energias Renováveis S.A. (“Éolos”) é proprietária da totalidade das quotas das sociedades identificadas a seguir, todas constituídas com o propósito de desenvolvimento de estudos e projetos na área de energia solar ou eólica.

Companhia	Localização do parque eólico/solar	Complexo eólico/solar	Situação em 30/06/2025
Central Geradora Solar Siroco Ltda.	Piauí	Caldeirão III	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tamisa Ltda.	Piauí	Caldeirão III	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tatajuba Ltda.	Piauí	Caldeirão III	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Tijuca Ltda.	Piauí	Caldeirão III	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Arco Verde Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Alcântara Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Novo Horizonte Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Pedras Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Potengi Ltda.	Piauí	Caldeirão IV	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Ibitu 1 Ltda.	Piauí	Caldeirão V	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Ibitu 2 Ltda.	Piauí	Caldeirão V	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Ibitu 3 Ltda.	Piauí	Caldeirão V	Em desenvolvimento
Central Eólica Ipanema Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento
Central Eólica Mundaú Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento
Central Eólica Murujuba Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento
Central Eólica Venâncio Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento
Central Eólica Vergueiro Ltda.	Paraíba	Seridó Eólico	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 1 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 2 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 3 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Companhia	Localização do parque eólico/solar	Complexo eólico/solar	Situação em 30/06/2025
Central Geradora Solar Seridó 4 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 5 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 6 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 7 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 8 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Central Geradora Solar Seridó 9 Ltda.	Paraíba	Seridó Solar	Em desenvolvimento
Eólica Picuí 2 - Geradora de Energia Ltda.	Paraíba	Picuí	Descontinuada
Eólica Picuí 5 - Geradora de Energia Ltda.	Paraíba	Picuí	Descontinuada
Eólica Picuí 8 - Geradora de Energia Ltda.	Paraíba	Picuí	Descontinuada

1.2.4. O resultado das operações descontinuadas está apresentado a seguir:

	Descontinuadas
	Período entre
	01/03/2025 e 30/06/2025
	122 dias
	R\$ mil
Receita operacional líquida	96.205
Custos operacionais	(79.982)
Custos de operação	(6.138)
Depreciações do imobilizado	(20.584)
Depreciação de ativo de direito de uso	(508)
Amortizações	(791)
Compra de energia elétrica	(45.603)
Encargos de uso da rede elétrica	(6.358)
Lucro bruto	16.223
Despesas operacionais	(6.597)
Serviços de terceiros	(979)
Despesas com pessoal	(1.681)
Despesas administrativas	88
Despesas de viagem	(169)
Despesas com provisões	
Depreciação	(88)
Amortização	(4.015)
Impostos e taxas	(119)
Outras receitas (despesas) operacionais	366
Prejuízo operacional antes dos efeitos financeiros	9.626
Resultado financeiro líquido	(35.489)
Receitas financeiras	6.835
Despesas financeiras	(42.324)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(25.863)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(2.405)
Prejuízo do período das operações descontinuadas	(28.268)

1.3. Continuidade operacional

Em 30 de junho de 2025, a Companhia apresenta Capital Circulante Líquido (“CCL”) positivo consolidado das atividades continuadas no montante de R\$17.541 e prejuízo nas atividades continuadas de R\$53.820.

Esse desempenho reflete a sazonalidade característica do setor de energia eólica no Nordeste do Brasil, onde a geração de energia é historicamente menor nos primeiros meses do ano devido à menor intensidade dos ventos.

Espera-se, contudo, que o resultado operacional anual seja positivo, com lucro projetado para o exercício de 2025. Essa expectativa é fundamentada no aumento significativo da geração de energia no segundo semestre, período em que os ventos na região Nordeste são mais fortes e constantes. Dados históricos e estudos meteorológicos indicam que, entre os meses de julho e dezembro, a região experimenta condições climáticas favoráveis, com ventos mais intensos devido à influência de sistemas meteorológicos como os ventos alísios e a maior diferença de pressão atmosférica entre o continente e o oceano Atlântico. Esses fatores elevam a capacidade de geração das turbinas eólicas, aumentando a produção de energia e, conseqüentemente, a receita da empresa.

Portanto, o desempenho do primeiro semestre não é indicativo do resultado anual, e a empresa mantém sua projeção de lucratividade para o ano, sustentada pela sazonalidade favorável do segundo semestre. Dessa forma, considerando ainda o fluxo de caixa líquido positivo gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$ 39.943 e o CCL positivo, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e investindo recursos nos projetos em desenvolvimento. Assim, estas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como e resoluções e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados pelo auditor independente.

Nas informações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Quando aplicável, e após reduzir a zero o saldo contábil da participação da Companhia em suas investidas, perdas adicionais são consideradas, e um passivo denominado “Provisão para perda em investimento” é reconhecido: **(a)** na extensão em que a Companhia tem obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta das investidas e **(b)** a fim de produzir o mesmo resultado líquido e o mesmo patrimônio líquido para a Companhia que seriam obtidos a partir de informações financeiras consolidadas.

Tendo em vista que a Companhia foi constituída em 1º de janeiro de 2025, não estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao período findo em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2024 para fins comparativos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 08 de agosto de 2025.

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando o Real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam, sendo a moeda funcional das Companhias. Todos os saldos apresentados em reais nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Bases de consolidação

As participações em controladas estão demonstradas a seguir:

Controlada	Quantidade de ações	Capital social (R\$)	%
Continuadas			
Complexo Icarai			
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	32.228.569	32.229	100%
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	47.272.885	47.273	100%
Complexo Taiba			
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A.	42.778.847	42.779	100%
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha S.A.	25.557.152	25.557	100%
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	28.671.690	28.672	100%
Complexo Riachão			
Central Geradora Eólica Acari S.A.	70.556.818	70.557	100%
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	87.288.014	87.288	100%
Central Geradora Eólica Anemói S.A.	69.618.089	69.618	100%
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	67.165.580	67.166	100%
Central Geradora Eólica Arena S.A.	76.278.217	76.278	100%
Complexo Amontada			
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	62.361.247	62.361	100%
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	52.777.008	52.777	100%
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	47.735.880	47.736	100%

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras de todas as controladas nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto.

a) Controladas

Controladas são todas as companhias (incluindo as companhias de propósito específico) nas quais a Companhia (inclui controladora e suas controladas) tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre entidades da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda *impairment* do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido. Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 10);
- Vida útil do ativo intangível (Nota Explicativa nº 11);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (Nota Explicativa nº 15);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (Nota Explicativa nº 3.8);
- Provisão para cumprimento das obrigações ambientais (Nota Explicativa nº 16);
- Provisão para desmantelamento de ativos (Nota Explicativa nº 19); e
- Provisão para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 18).

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.2. Operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para distribuição aos proprietários quando o seu valor contábil será recuperado por meio de transferência desses ativos ao proprietário que dará continuidade às suas atividades. Esses ativos não circulantes e mantidos para distribuição aos proprietários são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para distribuição aos proprietários são atendidos quando a transferência é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para distribuição aos proprietários estão disponíveis para transferência imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para cisão de tais ativos.

Ativos e passivos classificados como mantidos para distribuição aos proprietários são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Divulgações adicionais são apresentadas na Nota Explicativa nº 1.2. Todas as demais notas às informações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

3.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Companhia.

i) Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, cauções e depósitos vinculados (caixa restrito), contas a receber com a venda de projetos, partes relacionadas, entre outros.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) Classificação e mensuração

Em 30 de junho de 2025, a Companhia e suas controladas possuem apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas ao custo amortizado incluem caixa e contas correntes, contas a receber de clientes, conta ressarcimento de energia a receber - CCEE, adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas, entre outros, conforme Nota Explicativa nº 32.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e **(a)** a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou **(b)** a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

ii) Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, contas a pagar de aquisição de empresas, contas de ressarcimento de energia a pagar, arrendamentos, e partes relacionadas, entre outros, conforme Nota Explicativa nº 32.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

Em 30 de junho de 2025, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos, financiamentos e debêntures)

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

c) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o período findo em 30 de junho de 2025. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

3.4. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.5. Estoques de peças para manutenção das usinas

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Referem-se a materiais que serão consumidos nas manutenções dos equipamentos da usina. O valor do estoque inclui todos os custos de aquisição e qualquer outro custo necessário para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

Os custos dos estoques são atribuídos pelo critério do custo médio ponderado. Esse estoque é composto por itens que, quando movimentados, não devem refletir nos registros contábeis do Ativo Imobilizado, esses itens possuem características de despesas quando consumidos.

3.6. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no período em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do período.

a) Servidão de passagem

Faixas de servidão são direitos de passagem das linhas de transmissão na área que liga os parques geradores às subestações, que passa em propriedades particulares de áreas urbanas e rurais, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

A amortização da servidão de passagem se dá pelo prazo de autorização de geração de energia.

b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

c) Direito de exploração

Registrado ao custo de aquisição e refere-se ao direito de exploração da autorização. Esse direito de exploração está pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos das controladas adquiridas.

O ativo intangível é amortizado com base no prazo remanescente de autorização de energia.

d) Licença ambiental de operação

Após a entrada em operação, a legislação ambiental exige que sejam obtidas as licenças de operação, cujos prazos variam entre 3 e 6 anos. Tendo em vista que as licenças são obtidas antes dos desembolsos necessários para cumprimento de obrigações assumidas na emissão das licenças, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado (Nota Explicativa nº 16) e registrado como ativo intangível – licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, como também os custos de financiamento obtidos de terceiros relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado ocorre pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada de cada componente, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15 emitida pela ANEEL a partir de 1º de janeiro de 2016, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09, limitadas ao período de autorização.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.8. Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas procederam com a reavaliação da recuperabilidade dos ativos e não identificaram necessidade de registro adicional de perda por *impairment* no ativo imobilizado.

A Administração avaliou e concluiu que não há indicativos de *impairment*.

3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.10. Provisões

As provisões são registradas quando: **(a)** a Companhia ou suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; **(b)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(c)** o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões existentes no balanço compreendem provisão para desmantelamento e demandas judiciais. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

A Companhia e suas controladas não possuem obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

a) Provisão para desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos dos parques geradores considera que as controladas assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato de arrendamento das terras onde estão instalados. A provisão foi inicialmente mensurada ao valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente, e por mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

b) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e **(ii)** Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes ao período são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social são de 25% e 9%, respectivamente, exceto no caso das investidas SPEs, que optaram pela tributação por meio do lucro presumido.

Conforme facultado pela legislação tributária, as companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$ 78.000 (a partir de 2014) no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

Optaram pelo regime tributário: Lucro presumido, as SPES operacionais continuadas dos complexos Icaraí, Taíba, Amontada e Riachão, além das descontinuadas operacionais controladas por CGER e as SPEs não operacionais de Éolos; do Lucro real, a Companhia, as SPEs operacionais descontinuadas de CG2, a Ibitu Renováveis e as todas as subholdings (Ventus, Brise, Éolos, CGER e CG2).

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária:

(i) Na mesma entidade tributável; ou

(ii) Nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto é reconhecido no patrimônio líquido.

3.12. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento.

Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota Explicativa nº 3.8.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a doze meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.13. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.14. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

3.15. Apuração do resultado

a) Receitas

A receita operacional do curso normal das atividades das Controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

É estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: **(i)** identificação do contrato com o cliente; **(ii)** identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e **(v)** reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia ocorre quando há venda de energia acima da garantia física da usina, ela é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

b) Custos de serviços

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: **(i)** em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e **(ii)** com base na associação direta da receita.

O custo do serviço de energia elétrica refere-se basicamente a compra de energia quando a geração não for suficiente para suprir o contrato de venda de energia, gastos com manutenção e operação dos equipamentos de geração e instalações elétricas, mão de obra e prestações de serviços na operação, arrendamentos de terrenos, depreciação de ativos, e encargos de transmissão.

3.16. Normas e Interpretações novas e revisadas

a) Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 2024 e 01/01/2026 para companhias abertas
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01/01/2027
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01/01/2026

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Caixa e conta corrente	11	291
Aplicações financeiras (*)	2.355	84.657
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.355	83.710
Operações compromissadas	-	947
Total	2.366	84.948

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100,09% da variação do CDI, em 30 de junho de 2025.

5. Contas a receber de clientes (consolidado)

Os saldos consolidados em 30 de junho de 2025 são compostos pelos valores registrados nas controladas, todos a vencer:

Ativo circulante	Em 30/06/2025
Complexo Icarai	
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	2.936
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	3.656
Total	6.592
Complexo Taiba	
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	2.014
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A.	2.387
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha S.A.	1.510
Total	5.911
Total contas a receber com a Câmara Comerc. Energia Elétrica - CCEE	12.503

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Ativo circulante		Em 30/06/2025
Complexo Amontada		
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.		2.409
Central Geradora Eólica Palmas S.A.		1.936
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.		1.699
Total		6.044
Complexo Riachão		
Central Geradora Eólica Acari S.A.		2.947
Central Geradora Eólica Arena S.A.		2.878
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.		2.878
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.		1.887
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.		2.808
Total		13.398
Total contas a receber com a Cemig Geradora e Transmissão S.A.		19.442
Total contas a receber - Ativo circulante		31.945

O prazo médio de recebimento dos valores relativos à venda de energia com terceiros é de vinte dias, excetuando transações com partes relacionadas que são liquidadas sob demanda. Não há montantes vencidos em 30 de junho de 2025.

Durante o período compreendido entre 1º de janeiro de 2025 e 30 de junho de 2025 nenhuma Provisão de Perda Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Administração e de seus assessores jurídicos.

6. Conta ressarcimento de energia – CCEE (consolidado)**Complexos Icarai e Taiba**

		Em 30/06/2025
Ativo circulante		
Saldo ativo das apurações do ciclo atual não encerrado (*)		
Complexo Taiba		
Colônia		261
Andorinha		10
(a) Total do ativo circulante		271
Passivo circulante		
Saldo passivo de anos contratuais encerrados		
Complexo Taiba		
Águia		(6.092)
Total		(6.092)
Complexo Icarai		
Icarai I		(10.455)
Icarai II		(13.218)
Total		(23.673)
(b) Total do passivo circulante		(29.765)
Passivo não circulante		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Em 30/06/2025	
Saldo passivo das apurações do ciclo atual encerrado	
Complexo Taíba	
Águia	(7.048)
Total	(7.048)
Complexo Icarai	
Icarai I	(10.434)
Icarai II	(12.589)
Total	(23.023)
(c) Saldo passivo das apurações do ciclo atual encerrado de longo prazo	(30.071)
(d) Total passivo de anos contratuais encerrados (b+c)	(59.836)
Saldo passivo das apurações do ciclo atual não encerrado (*)	
Complexo Taíba	
Colônia	(4.952)
Águia	(6.008)
Andorinha	(3.589)
Total	(14.549)
Complexo Icarai	
Icarai I	(11.339)
Icarai II	(11.507)
Total	(22.846)
(e) Total passivo de anos contratuais não encerrados (*)	(37.395)
(f) Total do passivo não circulante (c+e)	(67.466)
(g) Total do passivo (b+f)	(97.231)
Saldo líquido (a+g)	(96.960)

(*) De julho de 2024 a junho de 2025.

O saldo da conta de ressarcimento de energia a receber no ativo não circulante representa os ressarcimentos por geração de energia superior ao volume de energia contratada que estiveram na faixa de tolerância de 100% a 130%.

O saldo do ressarcimento de energia a pagar representa o valor a pagar por conta de desvios negativos de geração de energia com relação ao volume contratual valorados e pagos da seguinte maneira:

Ressarcimento de volume de energia gerado abaixo do volume contratual	Preço do ressarcimento	Pagamento
Entre 90% e 100%	Preço contratual	Doze parcelas mensais após encerramento do ciclo contratual quadrienal
Abaixo de 90%	Preço contratual + 15%	Doze parcelas mensais após encerramento do ano contratual

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o Despacho nº 2.303/19 da ANEEL, os pagamentos das apurações realizadas a partir de outubro de 2019 foram suspensos temporariamente. Em dezembro de 2022, a CCEE divulgou calendário de pagamentos para as apurações ocorridas até outubro de 2022, cujas retenções voltaram a acontecer a partir da liquidação de setembro de 2023 e voltaram a ser interrompidas em agosto de 2024. A CCEE, por meio do Comunicado Operacional 372/25, divulgou novo calendário de pagamentos, referente aos anos contratuais encerrados, conforme abaixo:

Saldo total de ressarcimentos de anos contratuais encerrados (item (d) acima)	Vencimento até 30 de junho de 2026	Vencimento até 30 de junho de 2027
59.836	29.765	30.071

7. Partes relacionadas

Os saldos em 30 de junho de 2025 são como demonstrados a seguir:

	Controladora 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Ativo		
Ativo circulante		
Central Geradora Eólica Icará I S.A.	24.932	-
Central Geradora Eólica Icará II S.A.	29.500	-
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	6.000	-
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.	9.312	-
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A.	4.500	-
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	7.500	-
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	4.900	-
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	7.500	-
Central Geradora Eólica Acari S.A.	7.500	-
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	7.000	-
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	7.000	-
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	7.500	-
Central Geradora Eólica Arena S.A.	5.500	-
Total partes relacionadas - contas a receber de redução de capital de investidas	128.644	-
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	-	1.733
Central Geradora Eólica Aristarco S.A.	-	2.159
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	-	250
Total partes relacionadas - contas a receber de venda de equipamentos a valor residual	-	4.142
Passivo		
Passivo circulante		
Ibitu Energia S.A.	148	505
Ibitu Energias Renováveis S.A.	-	20
Total partes relacionadas - Passivo circulante - Compartilhamento de despesas	148	525
Central Geradora Eólica Icará I S.A.	161	-
Central Geradora Eólica Icará II S.A.	200	-
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	119	-
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.	178	-
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A.	114	-
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	285	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	223	-
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	193	-
Central Geradora Eólica Acari S.A.	579	-
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	482	-
Central Geradora Eólica Anemói S.A.	1.060	-
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	547	-
Central Geradora Eólica Arena S.A.	530	-
Total partes relacionadas - Passivo circulante - Títulos a pagar de custos de transação para emissão de debêntures	4.671	-
Total partes relacionadas - Passivo circulante (a)	4.819	525
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	-	2.624
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	-	1.832
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	-	212
Central Geradora Eólica Acari S.A.	-	2.524
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	-	1.103
Central Geradora Eólica Arena S.A.	-	964
Central Geradora Eólica Anemói S.A.	-	480
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	-	894
Fornecedores - Total contas a pagar compra de energia com parte relacionada Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativo nº 12) (b)	-	10.633
Total partes relacionadas - Passivo circulante (a+b)	4.819	11.158

No resultado, as operações com partes relacionadas foram:

	Consolidado
	30/06/2025
Receita de venda de energia (A)	
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 23)	19.685
Total	19.685
Custo de compra de energia (B)	
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 25)	(37.224)
Total	(37.224)
Despesas com contrato de compartilhamento de despesas (C)	(14.249)
Ibitu Energia S.A. (*)	(13.389)
Ibitu Energias Renováveis (*)	(860)
Custo com pessoal (Nota Explicativa nº 24)	(3.541)
Despesa com pessoal (Nota Explicativa nº 28)	(9.138)
Despesa com serviços (Nota Explicativa nº 27)	(939)
Outras despesas	(631)
Total	(14.249)
Total partes relacionadas - resultado - (A+B+C)	(31.788)

(*) Contrato de Serviços Compartilhados relativos à estrutura corporativa e de operação de todo o Grupo, para reembolso de despesas pelas SPEs que fazem uso dos serviços compartilhados, sem lucro e não onerosos.

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade. Essas transações são liquidadas sob demanda.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores da Companhia e de suas controladas são pagas pela controladora indireta Ibitu Energia com despesas compartilhadas por meio do reembolso do Contrato de Compartilhamento de Despesas.

8. Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)

O saldo de cauções de R\$ 33.634 refere-se a aplicações financeiras em fundos de renda fixa de longo prazo, mantidas no Banco Santander, vinculadas às debêntures, cujo saldo deverá ser equivalente ao valor da parcela de debêntures vincenda, nos prazos estabelecidas no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Outras Avenças, firmado entre a Companhia, as controladas e a Oliveira Trust (credor fiduciário).

Essas aplicações somente poderão ser movimentadas pela Companhia de acordo com as regras previstas nesse mesmo instrumento contratual.

9. Investimentos (controladora)

	Controladora
	Em 30/06/2025
Complexo Icarai	
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	30.601
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	45.855
Total	76.456
Complexo Taiba	
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	30.506
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A.	40.975
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha	25.225
Total	96.706
Complexo Amontada	
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	62.061
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	52.869
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	46.495
Total	161.425
Complexo Riachão	
Central Geradora Eólica Acari S.A.	71.316
Central Geradora Eólica Arena S.A.	76.036
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	68.501
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	83.532
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	70.410
Total	369.795
Saldo de Investimentos	704.382

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

a) Movimentação dos investimentos continuados

	Controladora							Em 30/06/2025
	Saldo em 01/01/2025	Transferência de participação societária - empresas continuadas - saldo de 28/02/2025	Distribuição de dividendos para controladores anteriores	Aumento de capital	Redução de capital com compensação de mútuos	Redução de capital social	Equivalência patrimonial	
Complexo Icarai								
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	-	52.628	(3.402)	13.282	-	(28.000)	(3.907)	30.601
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	-	67.880	(4.956)	21.250	-	(33.500)	(4.819)	45.855
Total	-	120.508	(8.358)	34.532	-	(61.500)	(8.726)	76.456
Complexo Taiba								
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	-	39.222	(14.434)	12.533	-	(6.000)	(815)	30.506
Central Geradora Eólica Taiba Águia S.A.	-	40.934	(4.789)	18.864	-	(11.500)	(2.534)	40.975
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha	-	29.360	(3.203)	4.558	-	(4.500)	(990)	25.225
Total	-	109.516	(22.426)	35.955	-	(22.000)	(4.339)	96.706
Complexo Amontada								
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	-	46.079	(1.903)	26.959	-	(7.500)	(1.574)	62.061
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	-	45.999	(2.133)	20.691	(5.943)	(4.900)	(845)	52.869
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	-	37.633	(879)	19.028	-	(7.500)	(1.787)	46.495
Total	-	129.711	(4.915)	66.678	(5.943)	(19.900)	(4.206)	161.425
Complexo Riachão								
Central Geradora Eólica Acari S.A.	-	71.388	(4.775)	25.852	(11.619)	(7.500)	(2.030)	71.316
Central Geradora Eólica Arena S.A.	-	61.199	(3.475)	25.562	-	(5.500)	(1.750)	76.036
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	-	67.232	(5.496)	17.620	(1.820)	(7.500)	(1.535)	68.501
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	-	54.840	(213)	39.397	-	(7.000)	(3.492)	83.532
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	-	67.054	(5.672)	19.103	(1.435)	(7.000)	(1.640)	70.410
Total	-	321.713	(19.631)	127.534	(14.874)	(34.500)	(10.447)	369.795
Saldo de investimentos	-	681.448	(55.330)	264.699	(20.817)	(137.900)	(27.718)	704.382

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) Informações gerais

	Em 30 de junho de 2025					
	Quantidade de ações	Partic. - %	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período das controladas	Resultado de equivalência patrimonial (*)
Complexo Icaráí						
Central Geradora Eólica Icaráí I S.A.	32.228.569	100%	32.229	30.601	(5.459)	(3.907)
Central Geradora Eólica Icaráí II S.A.	47.272.885	100%	47.273	45.855	(5.879)	(4.819)
Total			79.502	76.456	(11.338)	(8.726)
Complexo Taíba						
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	28.671.690	100%	28.672	30.506	(1.151)	(815)
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.	42.778.847	100%	42.779	40.975	(2.762)	(2.534)
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha	25.557.152	100%	25.557	25.225	(1.497)	(990)
Total			97.008	96.706	(5.410)	(4.339)
Complexo Amontada						
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	62.361.247	100%	62.361	62.061	(2.142)	(1.574)
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	52.777.008	100%	52.777	52.869	(1.263)	(845)
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	47.735.880	100%	47.736	46.495	(2.363)	(1.787)
Total			162.874	161.425	(5.768)	(4.206)
Complexo Riachão						
Central Geradora Eólica Acari S.A.	70.556.818	100%	70.557	71.316	(1.341)	(2.030)
Central Geradora Eólica Arena S.A.	76.278.217	100%	76.278	76.036	(1.265)	(1.750)
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	67.165.580	100%	67.166	68.501	(623)	(1.535)
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	87.288.014	100%	87.288	83.532	(3.941)	(3.492)
Central Geradora Eólica Anemói S.A.	69.618.089	100%	69.618	70.410	(808)	(1.640)
Total			370.907	369.795	(7.978)	(10.447)
Em 30 de junho de 2025			710.291	704.382	(30.494)	(27.718)

(*) Resultado apurado a partir da aquisição de participação societária nas controladas em 17 de março de 2025 (Nota Explicativa nº 1).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado (consolidado)

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação dos referidos gastos está sendo executada mensalmente pelo método linear considerando a vida útil efetiva dos bens, com base nas taxas estabelecidas pela ANEEL, limitada ao período da autorização. O quadro abaixo demonstra a classificação e a taxa média de depreciação nos termos mencionados:

	Taxa média de depreciação anual %	Consolidado					
		30/06/2025			01/01/2025		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,53%	27.431	(9.113)	18.318	-	-	-
Máquinas e equipamentos	4,43%	1.500.134	(681.580)	818.554	-	-	-
Equipamentos de informática	8,74%	206	(118)	88	-	-	-
Móveis e utensílios	3,07%	391	(264)	127	-	-	-
Veículos	-	201	(201)	-	-	-	-
Provisão para desmantelamento	0,64%	2.358	(2.049)	309	-	-	-
Total em serviço	-	1.530.721	(693.325)	837.396	-	-	-
Em curso							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	70	-	70	-	-	-
Material em depósito	-	13.238	-	13.238	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	1.449	-	1.449	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	230	-	230	-	-	-
Total em curso	-	14.987	-	14.987	-	-	-
Total	-	1.545.708	(693.325)	852.383	-	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do imobilizado é como segue:

Em 2025	Consolidado						Em 30/06/2025
	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldos de 28/02/2025	Adições	Transferência	Transferência do estoque	Depreciação (*)	
Em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	18.498	-	143	-	(323)	18.318
Máquinas e equipamentos	-	835.984	-	4.729	-	(22.159)	818.554
Equipamentos de informática	-	94	-	-	-	(6)	88
Móveis e utensílios	-	131	-	-	-	(4)	127
Provisão para desmantelamento	-	314	-	-	-	(5)	309
Total em serviço	-	855.021	-	4.872	-	(22.497)	837.396
Em curso							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	213	(143)	-	-	70
Adiantamentos a fornecedores	-	-	230	-	-	-	230
Máquinas e equipamentos	-	503	4.235	(3.287)	-	-	1.451
Material em depósito	-	11.558	-	-	1.678	-	13.236
Compras em andamento	-	1.442	-	(1.442)	-	-	-
Total em curso	-	13.503	4.678	(4.872)	1.678	-	14.987
Total	-	868.524	4.678	-	1.678	(22.497)	852.383

(*) Do total da depreciação de R\$ 22.497, correspondente ao período de 01 de março de 2025 a 30 de junho de 2025, R\$ 22.489 estão classificados na demonstração de resultados como parte dos custos dos serviços e R\$ 8, como despesas operacionais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível (consolidado)

	Consolidado						
	Taxa média amortização anual	30/06/2025			01/01/2025		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Direito de exploração (iii)	3,15%	211.092	(95.864)	115.228	-	-	-
Servidão de passagem (i)	3,72%	18.771	(4.990)	13.781	-	-	-
Software	18,65%	547	(362)	185	-	-	-
Licença ambiental (ii)	45,65%	4.686	(2.134)	2.552	-	-	-
Total em serviço	-	235.096	(103.350)	131.746	-	-	-
Em curso							
Depósitos judiciais (i)	-	1.510	-	1.510	-	-	-
Servidão de passagem (i)	-	5.843	-	5.843	-	-	-
Total em curso	-	7.353	-	7.353	-	-	-
Total	-	242.449	(103.350)	139.099	-	-	-

a) A movimentação do intangível é como segue:

	Saldo inicial em 01/01/2025	Transferência Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldos em 28/02/2025	Atualização de contingência	Amortização	Em 30/06/2025
Em serviço					
Direito de exploração (iii)	-	117.443	-	(2.215)	115.228
Servidão de passagem (i)	-	14.014	-	(233)	13.781
Software	-	219	-	(34)	185
Licença ambiental (Nota Explicativa nº 16) (ii)	-	3.265	-	(713)	2.552
Total em serviço	-	134.941	-	(3.195)	131.746
Em curso					
Depósitos judiciais (i)	-	1.510	-	-	1.510
Servidão de passagem (i)	-	5.517	326	-	5.843
Total em curso	-	7.027	326	-	7.353
Total	-	141.968	326	(3.195)	139.099

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

(i) Servidão de passagem e depósitos judiciais vinculados à aquisição de direito de passagem:

- **Servidão de passagem** – refere-se às indenizações pagas aos proprietários de terra nas quais se faz necessária a utilização de faixa de terra para passagem da linha de transmissão que conecta o parque gerador ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A amortização da servidão de passagem se dá pelo prazo de autorização de geração de energia;
- **Depósitos judiciais** – eventualmente, os proprietários de terra podem não aceitar o valor da indenização proposto, que é calculado com base em normas técnicas brasileiras específicas, e iniciar discussão judicial a respeito do valor justo da indenização a ser paga pelo direito de passagem. Nesses casos, a Companhia realiza depósitos judiciais para fins de imissão de posse em caráter liminar, que também são registrados como parte do ativo intangível, dada a natureza de aquisição de direito de passagem.

(ii) Licença ambiental de operação – a legislação ambiental exige que licenças de operação sejam obtidas de forma a autorizar a operação comercial do projeto. Os custos ambientais associados às licenças ambientais são estimados pelo período de vigência das licenças, esses custos são provisionados e registrados como ativo intangível e amortizados pelo prazo de vigência de cada licença, que, para as controladas, têm vigência até 2027.

(iii) O saldo referente ao direito de exploração registrado, é composto da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 30/06/2025
Aquisições dos Complexos Amontada e Riachão	52.255
Aquisições dos Complexos Icará e Taíba	58.137
Aquisição do Complexo Amontada	4.836
Total	115.228

12. Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores no consolidado representa substancialmente valores a pagar por compras de energia, materiais e serviços de manutenção e operação dos Complexos geradores.

	Controladora 30/06/2025
Fornecedores diversos	29
Total	29

	Consolidado 30/06/2025
Circulante	
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	2.624
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	1.832
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	212
Central Geradora Eólica Acari S.A.	2.524
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	1.103
Central Geradora Eólica Arena S.A.	964
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	480
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	894
Total contas a pagar compra de energia com parte relacionada Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 7)	10.633
Suprimento de energia elétrica	1.974
Fornecedores - O&M (*)	1.923
Fornecedores de materiais e serviços diversos	12.170
Total contas a pagar a fornecedores - passivo circulante	26.700

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado
	30/06/2025
Não circulante	
Fornecedores - O&M (*)	3.941
Total contas a pagar a fornecedores - passivo não circulante	3.941
Total contas a pagar a fornecedores	30.641

(*) O saldo de R\$ 1.923 no circulante e R\$ 3.941 no não circulante está relacionado a cobranças controversas do contrato de operação e manutenção dos complexos Icaraí e Taíba, envolvendo investimentos no plano de recuperação e a cobrança de danos acordados por indisponibilidade abaixo de 97%. Em 2023, a Administração decidiu pagar o saldo controverso. O saldo está sendo pago em 40 parcelas mensais e consecutivas, com encerramento em abril de 2028.

Para os demais fornecedores, o vencimento ocorrerá em até três meses. Não há montantes vencidos em 30 de junho de 2025 e não há operação de antecipação conhecida como de risco sacado.

13. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Consolidado					
	30/06/2025			01/01/2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES Finame (a)	311	746	1.057	-	-	-
Total	311	746	1.057	-	-	-

a) BNDES Finame

Em fevereiro de 2024, as controladas SPE Taíba Águia e SPE Icaraí I contrataram Cédula de Crédito Bancário (CCB) ("Finame") no valor total de R\$ 710 cada junto ao BNDES com o objetivo de financiar a aquisição de equipamentos (pá carregadeira).

Os juros incidentes sobre este financiamento são calculados com base na IPCA mais spread de 8,68% para Icaraí I e 8,64% para Taíba Águia. O Finame será pago ao BNDES em 60 prestações mensais e sucessivas a partir de 15 de março de 2024.

Em 16 de fevereiro de 2024, o crédito foi disponibilizado diretamente ao fornecedor.

Para a operação de Finame, a Ibitu Energias Renováveis S.A. figura como avalista coobrigada nas operações e há alienação fiduciária do equipamento adquirido por meio dessa linha de crédito.

Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	-
Aquisição das participações em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28 de fevereiro de 2025	1.135
Amortização	(84)
Juros sobre financiamentos	56
Juros pagos	(50)
Saldo final em 30 de junho de 2025	1.057

b) BNDES (Financiamentos quitados em 16 de abril de 2025)

Complexos Icarai e Taiba

As controladas Icarai I, Icarai II, Taiba Agua, Taiba Andorinha e Colonia firmaram, em outubro de 2014, o contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES no valor total de R\$253.972 dividido em três subcréditos sendo o “A” no valor total de R\$169.315, o “B” no valor total de R\$83.394 e “C” no valor total de R\$1.263. Os juros incidentes sobre estes financiamentos são calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), e para os subcréditos “A” e “B”, acrescidos de uma taxa predeterminada. Os subcréditos “A” e “B” deste financiamento possuem contratualmente previsão de pagamento ao BNDES em 192 prestações mensais e sucessivas vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2030 e o subcrédito “C”, em 180 prestações mensais e sucessivas com vencimento da primeira parcela em 15 de janeiro de 2016 e a última em 15 de dezembro de 2030. O valor captado pelo subcrédito “A” e “B” foi utilizado para quitação do empréstimo “ponte” com o próprio BNDES, enquanto o “C” para investimentos sociais.

Em 2024, ocorreram mais duas liberações parciais do subcrédito social (Subcrédito “C”), no valor de R\$84, por meio da SPE Agua.

Complexo Amontada

As controladas Ilha Grande, Palmas e Ribeirão firmaram, em setembro de 2014, os contratos de financiamentos de longo prazo com o BNDES no valor total de R\$173.307 divididos em 3 subcréditos sendo o “A” no valor total de R\$ 44.442, “B” no valor total de R\$128.003 e “C” no valor total de R\$862. Os juros incidentes sobre este financiamento são calculados com base na TJLP acrescida de uma taxa predeterminada. Os financiamentos referentes aos subcréditos “A” e “B” possuem previsão contratual de pagamento ao BNDES em 192 prestações mensais e sucessivas vencendo-se a primeira prestação em 15 de março de 2015 e a última em 15 de fevereiro de 2031 e o subcrédito “C”, em 180 prestações mensais e sucessivas vencendo-se a primeira prestação em 15 de março de 2016 e a última em 15 de fevereiro de 2031. O valor captado foi utilizado para quitação parcial do empréstimo “ponte” com Banco Itaú. Em 27 de outubro de 2015 foi recebida mais uma tranche dos subcréditos “A” e “B” no montante total de R\$ 7.393 nas mesmas condições descritas acima.

Complexo de Riachão

As controladas Acari, Albuquerque, Anemoi, Apeliotes e Arena firmaram, em novembro de 2015, os contratos de financiamentos de longo prazo com o BNDES no valor total de R\$335.718 dividido em 02 subcréditos sendo o “A1”, “B1”, “C1”, “D1” e “E1” no valor de R\$334.048 e “A2” no valor de R\$1.670. Os juros incidentes sobre este financiamento são calculados com base na TJLP acrescida de uma taxa predeterminada. Os financiamentos referentes aos subcréditos “A1”, “B1”, “C1”, “D1” e “E1” possuem previsão contratual de pagamento ao BNDES em 192 prestações mensais e sucessivas vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2016 e a última em 15 de dezembro de 2031 e o subcrédito “A2”, em 180 prestações mensais e sucessivas vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2031.

b.1) Garantias e covenants do BNDES

Para as operações de financiamento de longo prazo, foi dado como garantia ao BNDES, o penhor da totalidade das ações de emissão das SPEs, da Ventus, Brise e Ibitu Renováveis, assim como quaisquer outras ações representativas do capital social que venham a ser subscritas até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no contrato e os ativos constituídos das máquinas e equipamentos relativos ao parque eólico. Além de outras garantias, cedeu fiduciariamente ao BNDES:

- Os direitos creditórios de qualquer contrato de venda de energia que venham a ser celebrados pela Ibitu Renováveis;
- Os créditos que venham a ser depositados nas referidas contas vinculadas ao financiamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de empréstimos e financiamentos, em geral, podem ser declarados vencidos antecipadamente, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, se, ocorrer uma das seguintes hipóteses:

- (a)** o descumprimento, pelo credor ou avalista, de quaisquer das obrigações constantes no contrato;
- (b)** a modificação do controle efetivo, direto ou indireto, das SPEs, sem prévia e expressa anuência do Banco;
- (c)** vencimento antecipado de qualquer outro contrato firmado entre as SPEs ou qualquer outra sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico da Ibitu Energia com o BNDES; **(d)** a não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão das autorizações e das licenças por mais de 30 dias, concedidas pelo MME e pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter o projeto de geração eólica; **(e)** vencimento antecipado de qualquer instrumento firmado pelas SPEs relativo aos projetos relacionados aos financiamentos, que a critério do BNDES, possa afetar a operação do parque eólico; entre outras.

Como forma de monitoramento da situação financeira pelo BNDES, é utilizado o covenant financeiro e indicador ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), conforme definido no contrato de financiamento.

O índice é calculado ao término de cada exercício. O ICSD estava atendido pelas controladas até o encerramento do último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b.2) Aportes SPES e Quitação BNDES

Em 16 de abril de 2025, a Companhia aportou nas controladas continuadas, por meio das investidas Ventus e Brise, R\$ 246 milhões e as SPEs quitaram na mesma data as dívidas existentes com o BNDES. Os aportes e quitações ocorreram conforme abaixo:

	Aporte de capital da Companhia nas controladas	Valor de quitação BNDES
Complexo Icaráí		
Central Geradora Eólica Icaráí I S.A.	13.282	17.782
Central Geradora Eólica Icaráí II S.A.	21.250	29.250
Total	34.532	47.032
Complexo Taíba		
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	12.533	13.533
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.	18.864	19.864
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha	4.558	10.558
Total	35.955	43.955
Complexo Amontada		
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	26.959	27.959
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	20.691	21.691
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	19.028	19.028
Total	66.678	68.678
Complexo Riachão		
Central Geradora Eólica Acari S.A.	25.852	28.652
Central Geradora Eólica Arena S.A.	21.503	23.503
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	19.102	26.602
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	17.620	25.620
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	24.804	26.304
Total	108.881	130.681
Total	246.046	290.346

Com a quitação da dívida, os saldos de cauções vinculados à dívida foram liberados e resgatados em 08 de maio de 2025.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

c) Movimentação BNDES e BNDES FINAME

	Consolidado
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	-
Aquisição das participações em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28 de fevereiro de 2025	294.984
Amortização do custo de captação (Nota Explicativa nº 30)	48
Amortização de principal	(295.956)
Juros sobre financiamentos (Nota Explicativa nº 30)	3.036
Atualização financeira - TJLP (Nota Explicativa nº 30)	780
Baixa do custo de captação - Transferência para Tupi	1.897
Juros pagos	(3.732)
Saldo final em 30 de junho de 2025	1.057

14. Debêntures

Moeda nacional	Consolidado					
	30/06/2025			01/01/2025		
		Não			Não	
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
1ª série	15.230	583.611	598.841	-	-	-
2ª série	4.710	240.844	245.554	-	-	-
(-) Custos de captação	(1.604)	(16.573)	(18.177)	-	-	-
Total	18.336	807.882	826.218	-	-	-

Em 18 de março de 2025, a Tupi Energias Renováveis S.A. assinou o “Instrumento Particular de Emissão da 1ª (primeira) emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 02 (duas) Séries, Para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição” (“Emissão”), aditado em 15 de abril de 2025 ato devidamente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e autorizada pelos órgãos reguladores competentes, nos termos da Resolução CVM nº 160. A emissão efetiva e liquidação da Emissão aconteceu em 16 de abril de 2025.

Características da Emissão

A 1ª emissão de debêntures da Companhia, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, garantia adicional e fidejussória, em duas séries, em rito de registro automático de distribuição, totalizando R\$ 820.000.000,00 (oitocentos e vinte milhões de reais) com as seguintes características principais:

Primeira Série (Debêntures Institucionais): R\$ 580.000.000,00 (quinhentos e oitenta milhões de reais) com vencimento em 15 de outubro de 2034, prazo de aproximadamente 9,5 anos a partir da data de emissão (e remuneração de DI+2,90% a.a.), não classificadas como incentivadas nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011.

Segunda Série (Debêntures Incentivadas): R\$ 240.000.000 (duzentos e quarenta milhões de reais), com vencimento em 15 de outubro de 2036, com prazo de aproximadamente 11,5 anos a partir da data de emissão, e remuneração de IPCA+8,2194% a.a., classificadas como incentivadas nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011.

Finalidade dos recursos

Os recursos captados com a emissão serão destinados para **(i)** o pré-pagamento de dívidas existentes das controladas (continuadas) e fiadoras perante o BNDES; **(ii)** distribuição de recursos ao controlador; **(iii)** reforço do capital de giro.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Garantias e Covenants

- Alienação fiduciária, em benefício dos debenturistas, da totalidade das ações da Companhia, bem como, de 100% das ações de emissão das controladas;
- Alienação fiduciária de determinados equipamentos que compreendem o Projeto, em benefício dos Debenturistas, conforme descrito no instrumento de Cessão Fiduciária de Equipamentos;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes ou futuros, decorrentes **(i)** da totalidade dos contratos de comercialização de energia celebrados pelas controladas; **(ii)** das autorizações ANEEL; **(iii)** dos contratos de operação e manutenção dos projetos; **(iv)** das apólices de seguro; **(v)** de outras receitas que sejam decorrentes do Projeto, incluindo aquelas relativas a operações no mercado de curto prazo de energia; **(vi)** de direitos econômicos oriundos de ações emitidas pelas SPÉs; **(vii)** de todos os dos recursos depositados nas contas do projeto.

A emissão conta com obrigações usuais de mercado, além da obrigação de não distribuição de dividendos caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) fique abaixo de 1,20x. Como forma de monitoramento da situação financeira pelos credores da Companhia, é utilizado o covenant financeiro e indicador ICSD com caixa (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida com caixa), conforme definido na escritura de emissão das debêntures. O índice ICSD = $[(\text{geração de caixa da atividade} + \text{caixa inicial}) / \text{serviço da dívida}]$ deve ser maior ou igual a 1,30, a ser calculado ao final de cada semestre social, a partir de junho de 2026.

Pagamento da remuneração das debêntures: semestralmente, em todo dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento a ser realizado em 15 de outubro de 2025.

Amortização de principal (debêntures Institucionais): semestralmente, em todo dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento a ser realizado em 15 de outubro de 2025.

Amortização de principal (debêntures Incentivadas): semestralmente, em todo dia 15 dos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento a ser realizado em 15 de abril de 2026.

Movimentação das debêntures:

	2025
Saldo no início do período	-
Emissão de debêntures	820.000
Atualização do principal (Nota Explicativa nº 30)	17.332
Juros sobre debêntures (Nota Explicativa nº 30)	7.062
Custos de transação de emissão	(18.310)
Amortização do custo de captação	134
Saldo no final do período	826.218

Vencimento das debêntures:

	Saldo devedor total em 30/06/2025	Menos de um ano até 30/06/2026	Entre 1º de julho de 2026 e 30/06/2029	Após 30 de junho de 2030
Debêntures	826.218	18.336	150.094	657.788

15. Ativo de direito de uso e arrendamentos

As controladas possuem contratos de arrendamento de uso de terras para a instalação de seus parques de geração, com pagamentos mensais correspondentes a 1,5% dos faturamentos provenientes da venda de energia elétrica. Em alguns casos, os valores devidos são apurados após dedução de tributos incidentes sobre a receita operacional.

Os pagamentos são baseados no faturamento, sendo classificado como fixo em essência, pois o preço de venda da energia e a quantidade de energia (MWh) a ser fornecida estão preestabelecidos nos contratos, sem variações inesperadas, garantindo previsibilidade nos valores.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Ativo de direito de uso

Os contratos de arrendamentos possuem prazos que abrangem todo o período de autorização e estão sendo depreciação a uma taxa média de 4,75% a.a.

Os saldos e a movimentação do ativo de direito de uso estão demonstrados a seguir:

	30/06/2025
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	-
Aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28 de fevereiro de 2025	49.553
Depreciação	(800)
Saldo em 30 de junho de 2025	48.753

Arrendamentos

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa real WACC de 10,67%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Os saldos e a movimentação dos passivos de arrendamento estão demonstrados a seguir:

	30/06/2025
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	-
Aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28 de fevereiro de 2025	51.024
Ajuste a valor presente	2.913
Pagamentos	(1.479)
Saldo final em 30 de junho de 2025	52.458
Saldo do passivo circulante	4.649
Saldo do passivo não circulante	47.809

O saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Saldo devedor total em 30/06/2025	Menos de um ano até 30/06/2026	Entre um e dois anos 1º de julho de 2026 até 30/06/2029	Após 2029
52.458	4.649	16.535	31.274

16. Licenças ambientais de instalação e operação

Referem-se à provisão para cumprimento de obrigações ambientais assumidas com a obtenção das licenças ambientais que permitem a instalação e operação dos parques geradores, conforme abaixo:

	30/06/2025
Passivo circulante	
Licença ambiental de operação	817
(-) Ajuste a valor presente	(72)
Total	745
Passivo não circulante	
Licença ambiental de operação	3.159
(-) Ajuste a valor presente	(804)
Total	2.355
Total	3.100

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

O saldo passivo é atualizado por IPCA e ajustado a valor presente à taxa real WACC de 10,67%. A movimentação do passivo foi como segue:

	30/06/2025
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	-
Aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28 de fevereiro de 2025	3.319
Atualização financeira	96
Ajuste a valor presente	115
Pagamentos	(430)
Saldo final em 30 de junho de 2025	3.100
Saldo do passivo circulante	745
Saldo do passivo não circulante	2.355

A estimativa de cumprimento das obrigações vinculadas às licenças de operação segue o seguinte calendário:

Saldo devedor total em 30/06/2025	Menos de um ano até 30/06/2026	Entre um e dois anos 1º de julho de 2026 30/06/2029
3.100	745	2.355

Nas controladas foram reconhecidas provisões para cumprimento das licenças ambientais de operação em contrapartida aos direitos de operar no ativo intangível, que serão amortizados pela vida útil das licenças que, em geral, se encerram em setembro de 2027, quando devem ser renovadas. Os ativos estão sendo amortizados à taxa média de 31,34% ao ano:

Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	-
Aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28 de fevereiro de 2025	3.265
Amortização	(713)
Saldo no final do período (Nota Explicativa nº 11)	2.552

17. Impostos e contribuições a recolher e Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Consolidado 30/06/2025
IRPJ a recolher	1.984
CSLL a recolher	1.618
Total de imposto de renda e contribuição social a pagar	3.602
Impostos e contribuições retidos	401
PIS a recolher	217
Cofins a recolher	1.003
IOF a recolher	66
ICMS a recolher	46
INSS a recolher	41
Total de impostos e contribuições a recolher	1.774
Total de tributos a recolher	5.376

18. Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia ou suas controladas. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Controladora

Na Controladora, não há contingências classificadas com probabilidade de perda provável ou possível em 30 de junho de 2025.

Consolidado

a) Processos com probabilidade de perda classificada como provável

Resumo da ação	Tipo de processo	Esfera	30/06/2025	
			Quant.	Valor em R\$
Ações promovidas pelas empresas para instituição da servidão administrativa vinculadas à passagem da linha de transmissão	Imobiliário	Judicial	4	5.818
Auto de infração ambiental	Ambiental	Administrativo	5	693
Responsabilidade subsidiária trabalhista	Trabalhista	Judicial	1	25
Total			10	6.536

Movimentação dos processos com probabilidade de perda classificada como provável

	2025
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	-
Aquisição de participação societária - empresas continuadas - saldo de 28 de fevereiro de 2025	6.178
Atualização financeira registrada no ativo intangível (*)	2.415
Atualização financeira registrada no resultado	32
Estorno de provisões em contrapartida ao ativo intangível (*)	(2.089)
Saldo no final do período	6.536

(*) Contingências relacionadas com direitos de passagem de linha de transmissão, por isso, as contrapartidas são registradas no ativo intangível.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço consolidado, conforme demonstrado acima, são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 30 de junho de 2025, a Companhia e suas controladas são parte em processos nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, avaliou e classificou que as chances de perda são possíveis devido a uma base sólida de defesa e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

A seguir as ações judiciais com prognóstico de perda possível em 30 de junho de 2025:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

Resumo da ação	Tipo de processo	Esfera	30/06/2025	
			Quant.	Valor em R\$
Auto de infração ambiental	Ambiental	Judicial e administrativo	8	70
Ação de indenização por alegados danos relacionados a ruídos	Cível	Judicial	28	4.875
Ação de indenização por alegados danos decorrentes de encargos logísticos	Cível	Judicial	1	41
Ações promovidas pelas Controladas para instituição de servidão administrativa para passagem da Linha de Transmissão	Imobiliário	Judicial	8	5.109
Ações envolvendo a indenização vinculadas à passagem de linha de transmissão	Imobiliário	Judicial	9	12.675
Auto de infração por alegadas não conformidades operacionais no evento "Apagão de 2024"	Regulatório	Administrativo	5	1.342
Impugnação contra cobrança de imposto ISSQN sobre serviços contratados (**)	Tributário	Administrativo	20	41.591
Ação judicial de Associações Setoriais, questionando cobranças do setor elétrico	Regulatório	Judicial	4	Sem valor atribuído (*)
Total				65.703

(*) Sem valores envolvidos;

(**) Em 07 de janeiro de 2025, as controladas Ilha Grande, Icarai I, Icarai II, Palmas e Ribeirão ajuizaram Ação Declaratória cumulada com Obrigação de Fazer em face da Prefeitura Municipal de Amontada/CE.

A ação objetiva o reconhecimento da prescrição de créditos tributários referentes a autos de infração nºs 05/2014, 06/2014, 07/2014, 08/2014 e 09/2014, lavrados em 2014, os quais questionam a exclusão de determinados valores da base de cálculo do ISS incidentes sobre aquisições de maquinário para implantação dos parques eólicos.

Conforme alegado na inicial, houve inércia da municipalidade por mais de cinco anos desde a constituição definitiva do crédito, ocorrida em 09 de agosto de 2019, sem o ajuizamento de execução fiscal. Assim, amparadas pelo art. 174 do Código Tributário Nacional, as empresas requerem a extinção dos créditos tributários e o afastamento de quaisquer restrições fiscais indevidas, inclusive com pedido de tutela provisória de urgência.

A Administração entende que a probabilidade de êxito da demanda é possível e acompanha o processo com assessoria jurídica especializada.

19. Provisão para desmantelamento (consolidado)

Os saldos referentes as provisões para desmantelamento dos parques eólicos foram contabilizados com base em estudo de estimativas dos custos para desmontagem de plantas solares, realizados por equipe interna de engenharia. Este levantamento leva em consideração as obrigações de desmantelamento existentes em função dos contratos regulatórios e ambientais das controladas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado, em seu reconhecimento inicial, subsequentemente, as atualizações financeiras e ajustes a valor presente incorridos sobre as provisões são registrados em contrapartida ao resultado financeiro. Os valores de estimativa do levantamento foram projetados até o término dos prazos de autorização, com atualização pelo IPCA, e posteriormente ajustado a valor presente à taxa real de desconto de 12,81% a.a., sendo reavaliados periodicamente pela Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo remanescente de autorização.

	Consolidado
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	-
Aquisição de participação em Ibitu Renováveis - empresas continuadas - saldo de 28 de fevereiro de 2025	5.528
Ajuste a valor presente (resultado) (Nota Explicativa nº 30)	(635)
Atualização financeira (Nota Explicativa nº 30)	937
Saldo final em 30 de junho de 2025	5.830

	30/06/2025
Complexo Icarai	
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	464
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	655
Total	1.119
Complexo Taiba	
Central Geradora Eólica Taiba Agua S.A.	327
Central Geradora Eólica Taiba Andorinha S.A.	399
Central Geradora Eólica Colonia S.A.	247
Total	973
Complexo Amontada	
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	517
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	423
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	373
Total	1.313
Complexo Riachão	
Central Geradora Eólica Acari S.A.	490
Central Geradora Eólica Arena S.A.	495
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	495
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	450
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	495
Total	2.425
Total provisão de desmantelamento	5.830

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 230.485, totalmente integralizado pela Ibitu Energia S.A., representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, como segue:

	30 de junho de 2025		
	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor
Ibitu Energia S.A.	230.484.637	100%	R\$ 230.484
Total	230.484.637	100%	R\$ 230.484

Em 1º de janeiro de 2025, foi constituída a Companhia com capital social de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas emitidas ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada, as quais foram totalmente subscritas e posteriormente totalmente integralizadas pela única acionista Ibitu Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de março de 2025, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia com a conversão de Adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), mediante a emissão de 216.000 (duzentos e dezesseis mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Nessa mesma data, foi aprovado o aumento de capital social, com a conferência de bens à Companhia, conforme laudo de avaliação, correspondentes ao acervo líquido da Ibitu Energias Renováveis no valor de R\$ 1.412.783.721,00 (um bilhão, quatrocentos e doze milhões, setecentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e um reais), equivalente ao valor contábil de investimento da participação das ações da Ibitu Energias Renováveis, detidas pela Ibitu Energia. Esse valor foi integralizado no Capital social da Companhia com o repasse e transferência da totalidade dessas ações detidas pela Ibitu Energia.

Houve, portanto, um aumento total de R\$ 1.412.999.721,00 (um bilhão, quatrocentos e doze milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e vinte e um reais), mediante a emissão de 1.412.999.721 (um bilhão, quatrocentos e doze milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e vinte e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

Deste modo, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 1.413.099.721,00 (um bilhão, quatrocentos e treze milhões, noventa e nove mil, setecentos e vinte e um reais), dividido em 1.413.099.721 (um bilhão, quatrocentos e treze milhões, noventa e nove mil, setecentos e vinte e uma) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 16 de abril de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital social da Companhia no valor de R\$ 535 milhões, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, com respectivo cancelamento de 535.000.000 (quinhentas e trinta e cinco milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada. Com isso, o capital social passou dos atuais R\$ 1.413.099.721,00 (um bilhão, quatrocentos e treze milhões, noventa e nove mil, setecentos e vinte e um reais) para R\$ 878.099.721,00 (oitocentos e setenta e oito milhões, noventa e nove mil, setecentos e vinte e um reais).

Em 30 de junho de 2025, houve cisão parcial da própria Companhia, com a incorporação do acervo cindido – nesse caso, investimento na Ibitu Renováveis –, pela Ibitu Energia. Como resultado dessa movimentação societária, a Companhia detém, atualmente, o investimento nas SPEs Ventus e SPEs Brise. Por esta etapa, o Capital Social da Companhia passou de R\$ 878.099.721,00 (oitocentos e setenta e oito milhões, noventa e nove mil e setecentos e vinte e um reais), dividido em 878.099.721 (oitocentas e setenta e oito milhões, noventa e nove mil, setecentas e vinte e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 230.374.637,95 (duzentos e trinta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 230.374.637 (duzentas e trinta milhões, trezentas e setenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, redução, portanto, de R\$ 647.725.083,05 (seiscentos e quarenta e sete milhões, setecentos e vinte e cinco mil, oitenta e três reais e cinco centavos).

No mesmo ato societário, ocorreu aumento do capital social da Companhia em R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) mediante conversão de AFAC, com emissão de 110.000 (cento e dez mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, passando o capital social de R\$ 230.374.637,95 (duzentos e trinta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 230.374.637 (duzentas e trinta milhões, trezentas e setenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 230.484.637,95 (duzentos e trinta milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 230.484.637 (duzentas e trinta milhões, quatrocentas e oitenta e quatro mil, seiscentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas detidas integralmente pela única acionista da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) Dividendos a pagar

No decorrer do processo de reorganização, as investidas, que passaram a ser diretamente controladas pela Companhia em 30 de junho de 2025, deliberaram o pagamento de dividendos adicionais para as controladas anteriores, que foram incorporadas pela Ibitu Renováveis, com isso, restaram as importâncias de dividendos a pagar para a Ibitu Renováveis, conforme quadro a seguir:

	30/06/2025
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	5.712
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A.	2.271
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	2.284
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	3.285
Central Geradora Eólica Acari S.A.	2.481
Central Geradora Eólica Arena S.A.	511
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	3.342
Central Geradora Eólica Anemoi S.A.	3.236
Saldo de dividendos a pagar para Ibitu Renováveis	23.122

21. Resultado por ação

	Controladora
Prejuízo do período - operações continuadas	(53.820)
Média ponderada de ações ordinárias (milhares)	601.403
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	(0,09)

O cálculo resultado básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias dividido pela média ponderada de ações ordinárias no período.

22. Informação por segmento de negócios

A Companhia e suas controladas possuem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica por meio de seus parques eólicos. A Administração da Companhia não se utiliza de segmentação de negócio para alocar os recursos ou analisar o desempenho de sua atividade.

23. Receita operacional líquida (consolidado)

	30/06/2025
Partes relacionadas - Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 7)	19.685
Receita de mercado de curto prazo - CCEE	73
Suprimento e de energia elétrica a terceiros	59.107
Suprimento de energia elétrica - CCEE	18.772
Total receita bruta	97.637
(-) Deduções da receita bruta	
PIS	(635)
Cofins	(2.929)
Taxa de fiscalização ANEEL	(489)
Total das deduções	(4.053)
Total (*)	93.584

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 30 de junho de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia registrou redução em sua receita no período em análise devido aos impactos do mecanismo conhecido como “constrained-off”. Esse fenômeno ocorre quando a operação de determinadas unidades geradoras é limitada ou interrompida por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em razão de restrições operativas no sistema elétrico, como limitações na capacidade de transmissão, priorização de outras fontes de geração ou condições hidrológicas/técnicas específicas.

O “constrained-off” resulta na diminuição da geração de energia pelas unidades afetadas, impactando diretamente a receita da Companhia. No período, a Companhia foi impactada pela redução na geração, conforme abaixo:

	30/06/2025	
	MWm	R\$ mil
Complexo Icarai	5,05	4.833
Complexo Taíba	2,26	2.281
Complexo Amontada	1,28	553
Complexo Riachão	6,81	4.699
Total	-	12.366

Embora o “constrained-off” seja uma prática regulatória necessária para garantir a segurança e a estabilidade do sistema elétrico, ele pode ser parcialmente mitigado por mecanismos de compensação, como o Encargo de Serviço do Sistema (ESS) ou reembolsos previstos na regulação do setor. A Companhia está avaliando junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) eventuais valores a serem ressarcidos, os quais, se confirmados, serão registrados em períodos subsequentes.

24. Custos de operação (consolidado)

	30/06/2025
Custo com pessoal (Nota Explicativa nº 7)	(3.541)
Serviços de terceiros e materiais com operação e manutenção	(14.000)
Reembolso custos de compartilhamento substituição e instalação	(90)
Serviços de consultoria em comercialização de energia	(20)
Aluguéis e arrendamentos	(337)
Fretes	(112)
Seguros	(634)
Outros	(222)
Total (*)	(18.956)

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 30 de junho de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

25. Compra de energia elétrica (consolidado)

Para o cumprimento dos contratos de venda de energia, as Controladas dos complexos Amontada e Riachão firmaram contratos de compra de energia elétrica com partes relacionadas e terceiros com objetivo de suprir a obrigação contratual de entrega de energia pelo contrato e eventualmente ainda ficaram expostas em liquidações no Mercado de Curto Prazo (MCP) na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a partir de 1º de março de 2025, conforme abaixo:

	30/06/2025
Compras com a parte relacionada Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	
Complexo Amontada	
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	(3.439)
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	(2.419)
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	(2.491)
Total	(8.349)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

30/06/2025	
Complexo Riachão	
Central Geradora Eólica Acari S.A.	(6.507)
Central Geradora Eólica Arena S.A.	(6.282)
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	(6.155)
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	(3.797)
Central Geradora Eólica Anemói S.A.	(6.134)
Total	(28.875)
<hr/>	
Total de compras com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 7)	(37.224)
<hr/>	
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	(51)
<hr/>	
Demais compras de energia com terceiros	(8.026)
<hr/>	
Total de compra de energia (*)	(45.301)

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 30 de junho de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

26. Encargos de uso da rede elétrica (consolidado)

Os valores registrados no resultado de 30 de junho de 2025, referem-se ao Encargo de uso do sistema de transmissão (EUST), que é pago mensalmente às concessionárias de transmissão. O valor pago é calculado com base no Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) contratado, multiplicado pela Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), esta última é atualizada anualmente mediante regulamentação da ANEEL. Adicionalmente, conforme Lei nº 9.427/1996, as controladas têm direito a redução de 50% do valor da TUST, decorrente da potência injetada nos sistemas de transmissão ser inferior a 30MW.

30/06/2025	
Complexo Icarai	
Central Geradora Eólica Icarai I S.A.	(403)
Central Geradora Eólica Icarai II S.A.	(492)
Total	(895)
<hr/>	
Complexo Taíba	
Central Geradora Eólica Colônia S.A.	(313)
Central Geradora Eólica Taíba Águia S.A.	(543)
Central Geradora Eólica Taíba Andorinha	(1.504)
Total	(2.360)
<hr/>	
Complexo Amontada	
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	(590)
Central Geradora Eólica Palmas S.A.	(369)
Central Geradora Eólica Ribeirão S.A.	(429)
Total	(1.388)
<hr/>	
Complexo Riachão	
Central Geradora Eólica Acari S.A.	(609)
Central Geradora Eólica Arena S.A.	(616)
Central Geradora Eólica Apeliotes S.A.	(615)
Central Geradora Eólica Albuquerque S.A.	(560)
Central Geradora Eólica Anemói S.A.	(614)
Total	(3.014)
<hr/>	
Total (*)	(7.657)

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 30 de junho de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

27. Serviços de terceiros

	Controladora	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Honorários de contabilidade e auditoria	(51)	(119)
Serviços de informática	-	(23)
Serviços de consultoria	-	(33)
Serviços de vigilância e limpeza	-	(834)
Outros serviços de terceiros	-	(342)
Compartilhamento de despesas (**)	-	(939)
Total (*)	(51)	(2.290)

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 30 de junho de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

(**) Cobrança de gastos incorridos de maneira centralizada nas controladoras, mas que devem ser compartilhados com as controladas (Nota Explicativa nº 7).

28. Despesas com pessoal (consolidado)

Da despesa de R\$9.194, incorrida de 1º de março a 30 de junho de 2025, o montante de R\$9.138 refere-se ao compartilhamento de despesas com pessoal cobradas pela controladora, Ibitu Energia, que centraliza o gerenciamento da folha de pagamentos do Grupo (Nota Explicativa nº 7), e R\$56 trata-se de gastos com treinamentos.

29. Despesas administrativas (consolidado)

	30/06/2025 (*)
Compartilhamento de despesas (Nota Explicativa nº 7) (**)	(484)
Serviços com cartório e taxas judiciais	(215)
Despesas com telefone e comunicação	(48)
Despesas com condomínio	(28)
Outras receitas (despesas) administrativa	(71)
Total (*)	(846)

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 30 de junho de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

(**) Cobrança de gastos incorridos de maneira centralizada nas controladoras, mas que devem ser compartilhados com as controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

30. Resultado financeiro (consolidado)

	30/06/2025 (*)
Receitas financeiras	
Receita de aplicação financeira	5.696
Ajuste a valor presente	8
Ajuste a valor presente sobre provisão para desmantelamento (Nota Explicativa nº 19)	635
Ajuste a valor presente sobre ICMS diferido	39
PIS e Cofins s/ receita financeira	(33)
Outras receitas financeiras	4
Total	6.349
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 13)	(3.036)
Atualização financeira sobre financiamentos (Nota Explicativa nº 13)	(780)
Juros sobre debêntures (Nota Explicativa nº 14)	(7.062)
Atualização financeira sobre debêntures (Nota Explicativa nº 14)	(17.332)
Custos de captação de empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 13)	(48)
Carta fiança	(356)
IOF, taxas e comissões sobre fiança bancária	(106)
Ajuste a valor presente sobre arrendamento (Nota Explicativa nº 15)	(2.913)
Ajuste a valor presente ambiental (Nota Explicativa nº 16)	(115)
Atualização monetária sobre provisão para desmantelamento (Nota Explicativa nº 19)	(937)
Atualização monetária sobre ambiental (Nota Explicativa nº 16)	(96)
Atualização monetária sobre ressarcimento	(2.825)
Custo de captação debêntures (Nota Explicativa nº 14)	(134)
Atualização financeira sobre ICMS diferido	(20)
Outras despesas financeiras	(1.282)
Total	(37.042)
Resultado financeiro (*)	(30.693)

(*) Correspondente ao período entre 01 de março de 2025 e 30 de junho de 2025, quando a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

31. Imposto de renda e contribuição social**a) Apuração do lucro real**

O IRPJ e CSLL são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

	Controladas 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(53.820)	(47.796)
Total	(53.820)	(47.796)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	18.299	16.251
Reconciliação para a taxa efetiva		
Efeito da alíquota do lucro presumido (b)	-	(6.024)
Diferido de prejuízo fiscal não reconhecido	(18.299)	(16.251)
Impostos de renda e contribuição social efetiva	-	(6.024)
Composição dos tributos no resultado		
Corrente	-	(6.024)
Total	-	(6.024)
Alíquota efetiva	-	(12,60%)

b) Apuração do lucro presumido

As controladas que estão no lucro presumido adotam as alíquotas de presunção de imposto de renda à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, conforme abaixo:

	Consolidado 30.06.2025 (*)
Efeito do lucro presumido	
Receita bruta	97.637
Total receita bruta	97.637
IRPJ	
Alíquota da base	8%
Base de cálculo do IRPJ	7.811
Alíquota nominal	15%
Alíquota adicional	10%
Total IR sobre receita bruta	(1.849)
Base receita financeira (regime de caixa)	9.154
Outras receitas	24
Alíquota nominal	15%
Alíquota adicional	10%
Total IR sobre Receita financeira	(2.295)
Total final IR a pagar	(4.144)
Total receita bruta	97.637

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Efeito do lucro presumido	Consolidado	
	30.06.2025 (*)	
CSLL		
Alíquota da base	12%	
Base de cálculo da CSLL		11.716
Alíquota	9%	(1.054)
Total CSLL sobre Receita Bruta		(1.054)
Total CSLL sobre receita financeira		
Base receita financeira (regime de caixa)		9.154
Outras receitas		24
Alíquota	9%	(826)
Total CSLL sobre receita financeira		(826)
Total final CSLL a pagar		(1.880)
Total final IR/CSLL a pagar - Lucro presumido (Controladas) (*)		(6.024)

(*) Correspondente ao período entre 1º de março de 2025 e 30 de junho de 2025, a partir do qual a Companhia passou a controlar os investimentos continuados, conforme Nota Explicativa nº 1.

32. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta Nota. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A Companhia, a partir da estrutura corporativa do Grupo Ibitu Energia (Controladora), detém estrutura e política de gerenciamento de riscos, envolvendo Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Riscos e Compliance.

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e suas controladas podem ser assim identificados:

a) Fatores de risco financeiro (gerenciamento de risco)

i) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia é administrado pela controladora, sendo que o risco de inadimplência impacta as receitas das usinas.

Para 30 de junho de 2025, o risco de crédito da Companhia e de suas controladas relaciona-se à capacidade de as instituições financeiras honrarem com seus compromissos. Nesse sentido, os recursos são aplicados em instituições de primeira linha.

A geração de energia das usinas das investidas será entregue a agente de comercialização por meio de contrato de energia incentivada. O risco está associado a eventuais inadimplências no pagamento do contrato. Entretanto, a Companhia e suas controladas não esperam nenhuma perda decorrente de inadimplência.

ii) Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Os recursos financeiros das Companhias foram obtidos por meio de captação de empréstimos bancários e parte dos recursos tiveram como objetivo o suprimento de caixa dos investimentos a serem realizados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia ou por suas controladas é analisado no nível de sua controladora para posterior investimento em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Abaixo são demonstrados os fluxos de caixa contratados e não descontados.

	Controladora			
	Saldo devedor		Entre um e dois anos	
	total em 30/06/2025	Menos de um ano até 30/06/2026	01/07/2026 até 30/06/2029	Após 06/2029
Fornecedores	29	29	-	-
Debêntures	826.218	18.336	150.094	657.788
Total	826.247	18.365	150.094	657.788

	Consolidado			
	Saldo devedor		Entre um e dois anos	
	total em 30/06/2025	Menos de um ano até 30/06/2026	01/07/2026 até 30/06/2029	Após 06/2029
Fornecedores	30.641	26.700	3.941	-
Empréstimos e financiamentos	1.057	311	746	-
Debêntures	826.218	18.336	150.094	657.788
Arrendamentos	52.458	4.649	16.535	31.274
Licenças ambientais de instalação e operação	3.100	745	2.355	-
Conta ressarcimento de energia a pagar - CCEE	97.231	29.765	67.466	-
Total	1.010.705	80.506	241.137	689.062

Em 30 de junho de 2025, a Companhia não possui operações de risco sacado.

iii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco que uma variação de taxa de juros ou que o aumento dos encargos financeiros das renegociações das dívidas cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Os valores lançados na conta vinculada ao financiamento contratado pela Companhia e suas controladas, bem como o saldo devedor daí decorrente, sofrem incidência de juros e encargos conforme divulgados nas Notas Explicativas nºs 13 e 14.

iv) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Risco	Instrumento financeiro	Saldo em 30/06/2025	Cenário atual %	Cenário provável % ¹	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
						aumento do risco em 25%	aumento do risco em 50%
Aumento do IPCA	Conta Ressarcimento de energia a pagar - CCEE	97.231	5,32%	4,50%	101.606	102.700	103.794
Aumento do IPCA	Empréstimos e financiamentos	1.057	5,32%	4,50%	1.104	1.116	1.128
Aumento do CDI	Debêntures	580.000	12,16%	13,50%	658.300	677.875	697.450
Aumento do IPCA	Debêntures	240.000	5,32%	4,50%	250.800	253.500	256.200
Diminuição do CDI	Aplicações financeiras e cauções e depósitos vinculados	118.582	12,16%	13,50%	134.591	130.588	126.586

¹ Cenário provável representa as estimativas previstas no relatório Focus do Banco Central do Brasil.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

v) Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento nos parques eólicos, ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar a redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na diminuição de receita e/ou na necessidade de suprimento de energia, com impactos sobre o resultado do negócio.

vi) Estimativa do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, são uma aproximação razoável dos seus valores justos e, assim, a Administração entende não ser necessária divulgação adicional.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, empréstimos e financiamentos estão classificados como custo amortizado, conforme quadro abaixo, não possuem sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate e/ou liquidação antecipada. Dessa forma, os saldos apresentados são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não sendo necessário divulgar sua estimativa.

vii) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		
	30/06/2025	Nível	Classificação por categoria
Ativos financeiros, conforme balanço			
Circulante			
Caixa e conta corrente (caixas e equivalentes de caixa)	11	-	Custo amortizado
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	2.355	1	Valor justo por meio do resultado
Partes relacionadas	128.644	-	Custo amortizado
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	33.634	2	Valor justo por meio do resultado
Total ativos financeiros	164.644		
Passivos financeiros, conforme balanço			
Circulante			
Fornecedores	29	-	Custo amortizado
Debêntures	18.336	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	4.819	-	Custo amortizado
Fornecedores	26.700	-	Custo amortizado
Não circulante			
Debêntures	807.882	-	Custo amortizado
Total passivos financeiros	857.766	-	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado		Classificação por categoria
	30/06/2025	Nível	
Ativos financeiros, conforme balanço			
Circulante			
Caixa e contas correntes (caixas e equivalentes de caixa)	291	-	Custo amortizado
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	84.657	1	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	31.945	-	Custo amortizado
Conta ressarcimento de energia a receber - CCEE	271	-	Custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	765	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	4.142	-	Custo amortizado
Total	122.071	-	
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	33.634	2	Valor justo por meio do resultado
Total	33.634		
Total ativos financeiros	155.705	-	
Passivos financeiros, conforme balanço			
Circulante			
Fornecedores	26.700	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	311	-	Custo amortizado
Debêntures	18.336	-	Custo amortizado
Conta ressarcimento de energia a pagar - CCEE	29.765	-	Custo amortizado
Arrendamentos	4.649	-	Custo amortizado
Licenças ambientais de instalação e operação	745	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	525	-	Custo amortizado
Total	81.031	-	
Não circulante			
Fornecedores	3.941	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	746	-	Custo amortizado
Debêntures	807.882	-	Custo amortizado
Conta ressarcimento de energia a pagar - CCEE	67.466	-	Custo amortizado
Arrendamentos	47.809	-	Custo amortizado
Licenças ambientais de instalação e operação	2.355	-	Custo amortizado
Total	930.199	-	
Total passivos financeiros	1.011.230	-	

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e suas controladas classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, conforme demonstrado a seguir, quando aplicável:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois tem correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não são apresentadas nestas informações financeiras quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

viii) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo (caixa e equivalentes de caixa)	2.366	84.948
Total	2.366	84.948

ix) Financiamentos

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados, considerando que para as dívidas de longo prazo dessa natureza, o mercado resume-se a um ente governamental.

x) Riscos regulatórios

As atividades das Controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades das controladas, e consequentemente de sua controladora.

Dentre possíveis riscos regulatórios, atualmente a Companhia identifica o “*constrained-off*” como um risco operacional e financeiro de maior relevância. O “*constrained-off*” ocorre quando o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) restringe ou interrompe a geração de energia de unidades específicas devido às limitações no sistema elétrico, como capacidade insuficiente de transmissão, priorização de outras fontes de geração ou condições técnicas adversas.

O risco associado ao “*constrained-off*” é monitorado continuamente por meio de análises das condições do sistema elétrico, relatórios do ONS e projeções de despacho. A Companhia avalia a probabilidade e o impacto financeiro desse risco com base em fatores como sazonalidade, capacidade de transmissão regional e políticas regulatórias.

Medidas de mitigação

Dado que a restrição pode ensejar em necessidade de compra de energia, para gerenciar esse risco, a Companhia adota as seguintes estratégias:

- **Compras de hedge:** com o objetivo de mitigar a necessidade de compras adicionais de energia decorrentes de restrições operacionais, a Companhia realiza aquisições de *hedge* em momentos estratégicos de preço. Essa prática visa reduzir a exposição à volatilidade de curto prazo do mercado;
- **Gestão de portfólio:** a empresa adota uma alocação estratégica de energia entre os mercados regulado e livre, de forma a diluir a exposição ao PLD durante períodos de restrição ou instabilidade sistêmica;
- **Acompanhamento regulatório:** mantém-se um engajamento ativo junto à CCEE e à ANEEL, com foco em maximizar eventuais compensações por meio do Encargo de Serviço do Sistema (ESS) ou outros instrumentos regulatórios;
- **Planejamento operacional:** Em coordenação com o ONS, são realizados acompanhamentos e ajustes na operação e manutenção das unidades geradoras, com foco na antecipação de cenários críticos e na minimização de impactos operacionais.

Perspectiva futura

A Companhia segue aprimorando sua estratégia de gestão de riscos, com foco na redução da vulnerabilidade ao “*constrained off*”. A expectativa é que avanços na infraestrutura de transmissão e na regulação do mercado diminuam a frequência e o impacto desse risco no longo prazo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

33. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Nas contratações de seguros a Companhia e suas controladas são auxiliadas por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de *benchmarking* para o desenho das apólices.

A Controladora da Companhia, Ibitu Energia, detém ainda uma apólice de seguro de responsabilidade civil para cobertura de responsabilidades da Administração (diretores e executivos), da modalidade de seguro D&O (*Directors and Officers*) que abrange todas as companhias do Grupo Ibitu Energia.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia e suas controladas apresentam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Consolidado

Itens/bens segurados	Riscos cobertos	Montante de cobertura	Vigência
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - danos materiais, quebra de máquinas/danos elétricos e outros.	R\$100.000	Até 07/04/2026
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil geral - operações amplas	R\$10.000	Até 07/04/2026
D&O	R.C. de Administradores e Diretores (D&O)	R\$120.000	Até 10/05/2026

34. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa**a) Saldos adquiridos com a aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis**

	Saldos da aquisição de participação societária em Ibitu Renováveis	Variação	Saldo em 30/06/2025
Caixa e equivalentes de caixa	80.343	4.605	84.948
Contas a receber de clientes	27.334	4.611	31.945
Conta Ressarcimento de energia a receber - CCEE	354	(83)	271
Impostos e contribuições a recuperar	37	38	75
Cauções e depósitos vinculados	88.748	(55.114)	33.634
Estoque	3.738	(252)	3.486
Adiantamento a fornecedores	774	(9)	765
Despesas pagas antecipadamente	205	1.233	1.438
Partes relacionadas	23	4.119	4.142
Ativo não circulante disponível para venda	1.995.305	(1.995.305)	-
Imobilizado	868.528	(16.145)	852.383
Ativo direito de uso	49.554	(801)	48.753
Intangível	142.440	(3.341)	139.099
Total	3.257.383	(2.056.444)	1.200.939
Fornecedores	(23.704)	(6.937)	(30.641)
Empréstimos e financiamentos	(294.983)	293.926	(1.057)
Debêntures	-	(826.218)	(826.218)
Impostos e contribuições a recolher	(2.843)	(2.981)	(5.824)
Partes relacionadas	-	(525)	(525)
Conta Ressarcimento de energia a pagar - CCEE	(63.209)	(34.022)	(97.231)
Dividendos a pagar	-	(23.122)	(23.122)
Passivo não circulante disponível para venda	(1.394.349)	1.394.349	-
Arrendamentos	(51.024)	(1.434)	(52.458)
Licenças ambientais de instalação e operação	(3.319)	219	(3.100)
Provisões para contingências	(6.176)	(360)	(6.536)
Provisões para desmantelamento	(5.528)	(302)	(5.830)
Capital social	(1.412.265)	1.181.780	(230.485)
Prejuízos acumulados	17	82.071	82.088
Total	(3.257.383)	2.056.444	(1.200.939)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) Transações não caixa - Controladora - Atividades financeiras

	Fluxo de caixa				Alterações não caixa					Total 30/06/2025
	01/01/2025	Captação de recursos	Redução de capital	Constituição de capital	Aumento de capital com Afac	Aumento de capital com investimento Ibitu Renováveis	Cisão Ibitu Renováveis	Apropriação	Encargos	
Debêntures	-	820.000	-	-	-	-	-	(18.176)	24.394	826.218
Capital social	-	-	(535.000)	100	326	1.412.784	(647.725)	-	-	230.485
Total	-	820.000	(535.000)	100	326	1.412.784	(647.725)	(18.176)	24.394	1.056.703

c) Transações não caixa - Consolidado - Atividades financeiras

	Fluxo de caixa			Alterações não caixa			30/06/2025
	28/02/2025	Pagamento de principal e juros	Captação	Apropriação	Encargos		
Empréstimos e financiamentos	294.984	(299.688)	-	1.945	3.816	1.057	
Debêntures	-	-	820.000	(18.176)	24.394	826.218	
Total	294.984	(299.688)	820.000	(16.231)	28.210	827.275	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

35. Obrigações contratuais

As controladas possuem compromissos contratuais futuros, ainda não incorridos e, portanto, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, relacionados principalmente à aquisição de energia elétrica, encargos pelo uso da rede elétrica e serviços de operação e manutenção. Esses compromissos, essenciais para a continuidade das atividades operacionais, são formalizados em contratos que especificam valores, prazos e condições. Os detalhes desses compromissos estão apresentados a seguir, atualizados pelas respectivas taxas contratuais na data-base de 30 de junho de 2025, ou seja, sem projeção de índices de correção, e não estão ajustados a valor presente:

Consolidado							
30/06/2025							
	07/2025 a 12/2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Compra de energia elétrica	20.703	23.842	23.842	24.569	24.501	114.807	232.264
Encargos de uso do sistema de transmissão de energia	12.483	25.090	25.341	25.594	25.850	432.465	546.823
Materiais e serviços	17.469	35.652	35.652	25.293	20.114	211.837	346.017
Total	50.655	84.584	84.835	75.456	70.465	759.109	1.125.104

36. Eventos subsequentes

Redução de Capital Social das Controladas

Em conformidade com as disposições do artigo 174 da Lei no 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), informamos que, em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 15 de julho de 2025, foram aprovadas reduções de capital social das empresas controladas, por serem considerados excessivos em relação aos seus objetos sociais. As reduções aprovadas, com o respectivo cancelamento de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, são as seguintes:

	Redução de capital (Em reais)	Quantidade de ações
Icaraf I	R\$ 160.800,00	160.800
Icaraf II	R\$ 199.700,00	199.700
Colônia	R\$ 118.700,00	118.700
Águia	R\$ 177.700,00	177.700
Andorinha	R\$ 144.300,00	144.300
Ilha Grande	R\$ 285.300,00	285.300
Palmas	R\$ 223.000,00	223.000
Ribeirão	R\$ 193.500,00	193.500
Acari	R\$ 578.700,00	578.700
Albuquerque	R\$ 482.400,00	482.400
Anemoi	R\$ 1.060.300,00	1.060.300
Apelotes	R\$ 547.200,00	547.200
Arena	R\$ 529.600,00	529.600
Total	R\$ 4.701.200,00	4.701.200

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Nos termos do §1º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, durante o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação da ata das referidas assembleias, eventuais credores quirografários, titulares de créditos anteriores à data de publicação, poderão se opor à redução de capital social deliberada.

A efetivação da redução de capital social das empresas mencionadas somente ocorrerá após o término do prazo de 60 dias, nas seguintes condições:

(i) Inexistência de oposição por parte de credores quirografários com créditos anteriores à data de publicação da ata; ou

(ii) Em caso de oposição de credores, mediante o pagamento dos respectivos créditos ou depósito judicial da importância correspondente, conforme disposto no §2º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações.

A quantia total resultante da redução de capital social será restituída à Companhia, em moeda corrente nacional, sem incidência de juros ou correção monetária.

* * *